



## **UNIÃO AFRICANA**

A Questão do Delta do Níger

**XV ONU Jr**

**UNIÃO AFRICANA**

Assembleia Geral: A questão do Delta do Níger

Allan Antunes

Emanuel Cunha

Leoni Rezende

Luisa Alves

Maria Paula Mattos

**Rio de Janeiro**

**2017**

# Índice

1. Carta aos Delegados .....	5
2. União Africana .....	6
2.1 Histórico da União Africana.....	6
2.2 Assembleia Geral da União Africana .....	6
3. Situação Estrutural do Continente .....	8
3.1. Processo histórico de exploração.....	8
3.2. Processo de descolonização.....	12
4. Histórico Instrutivo.....	15
4.1 A questão democrática nigeriana .....	21
4.2 . Recursos naturais e problemas ambientais .....	28
5. Posição dos Países .....	30
5.1 África do Sul.....	30
5.2 Angola.....	31
5.3 Argélia.....	31
5.4 Benim.....	31
5.5 Burkina Faso .....	32
5.6 Camarões.....	33
5.7 Costa do Marfim .....	34
5.8 Chade .....	35
5.9 Egito.....	36
5.10 Etiópia .....	36
5.11 Gana .....	36
5.12 Guiné Equatorial .....	37
5.13 Libéria .....	38
5.14 Líbia .....	38
5.15 Marrocos.....	38
5.16 Níger.....	39
5.17 Nigéria.....	39
5.18 Quênia .....	39
5.19 República Democrática do Congo.....	40
5.20 República do Congo .....	40
5.21 Saara Ocidental .....	40

5.22	Somália.....	41
5.23	Sudão do Sul.....	41
5.24	Togo .....	42
5.25	Tunísia.....	43
5.26	Uganda .....	43
7.	Bibliografia:.....	44

## 1. Carta aos Delegados

Caras(os) delegadas(os),

Primeiramente gostaríamos de desejar boas-vindas ao debutante XV ONU JR, em especial à nossa União Africana. O evento se encontra cada vez mais próximo, e ansiedade e expectativa são sentimentos que vem à tona cada vez mais recorrentemente. Para nós, é o mesmo sentimento que se repete toda vez que entramos na modelândia, a felicidade de poder compartilhar esse momento junto com vocês.

Este guia foi feito com muito carinho, muito trabalho, cansaço, e todo esforço que poderia haver para que os estudos dos senhores sejam os mais proveitosos possíveis. É importante também ressaltarmos que temas como esse são constantemente negligenciados, temos que exaltar que não somente as teorias são vindas dos países do norte, a periferia e os países do sul produzem conhecimento. É necessário que haja uma releitura história da África, mas sendo por feita por eles mesmos, e não por terceiros, e que esse debate em nosso evento possa trazer melhor essa reflexão.

Ademais, lembramos que mesmo tendo todo nosso esforço, o guia de estudos deve ser apenas um simples apoio para os demais estudos dos senhores, enriquecer seu conhecimento para os debates é a melhor coisa a se fazer. Em casos de dúvidas, entrem em contato com nossa página no facebook ou através de nosso email: [ua@onujr.com](mailto:ua@onujr.com). Até outubro delegades!!!

Seus diretores,

Allan Antunes

Emanuel Cunha

Leoni Rezende

Luísa Alves

Maria Paula Mattos

## **2. União Africana**

### **2.1 Histórico da União Africana**

A União Africana substituiu a extinta Organização da Unidade Africana (OUA), que fora fundada em 1963 e com principal objetivo de erradicar o colonialismo presente em solo africano. Todavia, para que esse objetivo fosse alcançado fazia-se necessário que os Estados africanos conquistassem sua independência. Tendo isto em vista, a organização durante seu mandato focou em dar suporte aos Estados recém-formados, na cooperação, na proteção da soberania e territorialidade de cada nação.

No processo de formação da União Africana destaca-se o caráter e lema da mesma baseada no pan-africanismo. O movimento tem cunho político e social de entendimento que a África, os africanos e seus descendentes como um único povo que tem a missão de regenerar e unifica a África num espírito de solidariedade entre as populações do mundo africano.

Objetivando a maior integração entre os países africanos e a formação de uma organização mais poderosa, em 9 de setembro de 1999 os Chefes de Estados e Governo da antiga Organização da Unidade Africana, adotaram a Declaração de Sirte<sup>1</sup>, dessa forma convocando o estabelecimento da União Africana<sup>2</sup>.

A União Africana retoma os objetivos estabelecidos pela Organização da Unidade Africana, entretanto adota uma via maior de independência dos países africanos de agentes externos. A visão da União Africana é: “Uma África integrada, próspera e pacífica, guiada pelos seus próprios cidadãos e representando uma força dinâmica na arena global” (Ibidem).

### **2.2 Assembleia Geral da União Africana**

A Assembleia Geral caracteriza-se por ser o principal órgão que rege toda a União Africana, a composição deste comitê é feita pelos chefes de Estados-membros da

---

<sup>1</sup> Disponível em inglês em: < [http://www.au2002.gov.za/docs/key\\_oau/sirte.pdf](http://www.au2002.gov.za/docs/key_oau/sirte.pdf)>. Acesso em 05 de abr 2017

<sup>2</sup> Disponível em inglês em: <<https://www.au.int/web/en/au-nutshell>>. Acesso em 05 de abr 2017

organização ou de seus representantes. A mesa diretora da Assembleia é eleita pelos chefes de Estado e tem o mandato de um ano, renovados somente em determinadas circunstâncias<sup>3</sup>.

Este órgão foi estabelecido no princípio de acelerar o processo político, desenvolvimento socioeconômico e integração do continente africano. Além disso, trata-se daquele que irá determinar as diretrizes que devem ser tomadas no Comitê Executivo e no Peace and Security Council<sup>4</sup>, na busca de administrar conflitos, guerras, terrorismos, situações emergenciais e restauração da paz. É importante ressaltar que a Assembleia prioriza pela total diplomacia, todavia o Ato Constitutivo da União Africana prevê como um dos poderes desta casa que a mesma pode determinar intervenções e sanções contra algum Estado membro.

#### Funções da Assembleia:

- Indicar o Presidente da Comissão e seu vice ou deputados e comissários da Comissão e determinar suas funções e mandatos;
- Considerar os pedidos de adesão à União e estabelecer qualquer órgão a União;
- Receber, analisar e tomar decisões sobre os relatórios e recomendações de outros órgãos da União;
- Estabelecer novos comitês, agências especializadas, comissões e grupos de trabalho quando houver necessidade;
- Determinar a estrutura, composição e função ao Conselho Executivo e ao Peace and Security Council acerca da gestão de conflitos, guerras, atos de terrorismo, situações de emergência e a restauração da paz;
- Implementar e acompanhar políticas comuns da União, estabelecer suas prioridades e definir sua agenda anual;

Diversas temáticas são originadas em diferentes órgãos e mecanismos da União Africana, primeiramente elas são passadas pelo Comitê Consultivo antes de chegar a Assembleia diretamente. O Comitê Consultivo da UA tem por obrigação estabelecida no

---

<sup>3</sup> Disponível em inglês em: <<https://au.int/en/organs/assembly>>. Acesso em 05 de abr 2017

<sup>4</sup> Órgão da União Africana destinado para prevenção, gestão, resolução e combate à conflitos.

artigo 13 do Ato Constitutivo<sup>5</sup> da casa de prestar suporte à Assembleia Geral, coordenar e efetivar decisões em áreas de interesse comum aos Estados-membros.

A Assembleia Geral tem reuniões periódicas anuais, sendo uma em janeiro e outra em julho, não impedindo que novas sessões possam ser convocadas caso algum Estado-membro faça a solicitação para a realização da mesma. De acordo com os procedimentos da Assembleia, as resoluções desta casa devem buscar o consenso, mas caso o mesmo não seja possível, adota-se a maioria qualificada, significando dois terços das delegações presentes durante a reunião (Ibidem).

### **3. Situação Estrutural do Continente**

#### **3.1. Processo histórico de exploração**

A história do continente africano, pelo menos a amplamente conhecida, é pautada nos processos de exploração das grandes potências mundiais. Sendo assim, a seguinte parte do guia irá focar na presença europeia, nas consequências que estas desencadearam em solo africano, e, no processo de reação popular, que determinaria a configuração dessas nações como entendemos nos dias de hoje.

Os Portugueses foram os pioneiros na tecnologia marítima, não pretendendo a aquisição de terras mas sim a exploração do comércio marítimo. Era desejada uma nova rota às Índias e, por consequência, expansão de sua economia.

Portugal inicia o processo de colonização na primeira metade do século XV estabelecendo feitorias, portos e enclaves por todo território africano. O método de exploração do continente pelo país é feita por meio da captura e pilhagem. (*Alberto Manuel Vara Branco*)

O domínio dos mares, sua capacidade de levar seu comércio e suas tropas sob as águas e de evitar que seu inimigo assim o faça também, permitia uma potência exercer pressões sobre qualquer país que possuísse costa, seja em tempos de guerra ou paz. (WIGHT, Martin)

---

<sup>5</sup> Disponível em inglês: <<https://www.au.int/web/en/organs/council>>. Acesso em 05 abr 2017.



A época conhecida como a das “Grandes Navegações” é aquela que, países europeus desenvolveram as habilidades de construção de veículos de navegação que os deram a oportunidade de transportar-se por meio do oceano de maneira mais rápida e eficaz. Com isso, o cerne da história Ocidental pôde entrar em contato com o mundo que antes lhes era desconhecido. Eis então que nos deparamos com o continente africano.

As Grandes Navegações não colocam a escravidão na cultura ocidental, uma vez que esta já estaria enraizada desde os primórdios da humanidade, no entanto, insere uma rota direta de tráfico internacional – principalmente entre o continente africano e o chamado “Novo Mundo”. Nos próximos três séculos então, africanos tornam-se mercadorias no comércio internacional, vendidos e usados como moeda de troca para enriquecer os negócios dos mercadores europeus além de também serem utilizados nas novas empreitadas e avanços territoriais sob novas zonas do globo, como é o caso nas chamadas América espanhola e portuguesa. Nesse período, mais de 11 milhões de pessoas seriam retiradas a força de sua terra natal para o trabalho escravo europeu.

No século XIX, o antigo sistema colonial perdeu espaço para o capitalismo industrial. As antigas potências abandonam seus métodos básicos de extrativismo, e adotam medidas de transição da era manufatureira para a industrialização.

Em 1880, quase todo território mundial era mapeado e conhecido, com algumas exceções. As explorações que se faziam não tinham mais a finalidade da descoberta, mas sim eram mais uma força de esforço, tanto como elementos de competição pessoal<sup>6</sup> ou nacional. Viagens intercontinentais ou transcontinentais foram facilitadas para as grandes potências industrializadas devido a ferrovia e a navegação a vapor, ainda, com o telégrafo elétrico, a transmissão de informação na escala global era muito mais facilitada. Os censos demográficos da época ainda demonstram que os seres humanos vivos eram o dobro do que 1780. Portanto, ao abordarmos 1880, estamos diante de um sistema global com nações de “Primeiro Mundo”, unidas pela sua história e por serem o conjunto portador do desenvolvimento capitalista, apesar de suas consideráveis disparidades internas. Enquanto isso, o “Segundo Mundo”, muito maior, era unido por suas relações com o Primeiro, por sua dependência potencial ou real (HOBSBAWN, 1989).

---

<sup>6</sup> Os elementos de competição pessoal referidos aqui se encaixam como o exemplo do norte-americano Peary a chegar em primeiro ao Polo Norte e vencendo os demais competidores.

As grandes potências eram as que concentravam o cerne do desenvolvimento capitalista e da sociedade burguesa, enquanto a periferia parecia viver em um século diferente. Aquilo que chamamos de Europa hoje, havia tido um papel fundamental no desenvolvimento capitalista, mas, desde o início do século, estava estagnada. Efetivamente, o desenvolvimento capitalista destes países significaria uma transformação acelerada na cultura e nos hábitos sociais dos países africanos.

O desenvolvimento industrial ampliou a demanda de matérias-primas, muitas das quais se produziam em condições mais vantajosas fora da Europa e dos Estados Unidos, e, ao mesmo tempo, o aumento na produção de artigos industriais ia ampliando a necessidade de mercados exteriores que consumissem os excedentes. Por outro lado, o crescimento das populações urbanas fez aumentar a demanda de alimentos, cuja produção na Europa havia diminuído pelo êxodo rural ou simplesmente porque se tornara mais barato comprá-los em mercados externos (BRUIT, 1987, p.5).

O declínio de atividades econômicas que antes serviam aos interesses dos países europeus, tais como o tráfico negreiro, fez com que houvesse um novo olhar sob o continente africano com a pretensão de desenvolver novas atividades voltadas para a mais recente lógica mundial (FRANCO JR, Hilário e CHACON, Paulo Pan, 1980). Eis então que, para chegar a acordos sobre o domínio dos territórios que mostravam seu potencial de exploração, as grandes potências mundiais planejam metodizar sua presença na região.

Realizada entre 15 de novembro de 1884 e 26 de fevereiro de 1885, a Conferência de Berlim organizada pelo governo imperial alemão juntamente com o governo francês, reuniu as demais potências mundiais a organizar a exploração das terras africanas; Segundo sua própria ata de conferência cabia aos países presentes:

[...] regular num espírito de boa compreensão mútua as condições mais favoráveis ao desenvolvimento do comércio e da civilização em certas regiões da África, e assegurar a todos os povos as vantagens da livre navegação sobre os dois principais rios africanos que se lançam no Oceano Atlântico; desejosos, por outro lado, de prevenir os mal-entendidos e as contestações que poderiam originar, no futuro, as novas tomadas de posse nas costas da África, e preocupados ao mesmo tempo com os meios de crescimento do bem-estar moral e material das populações aborígenes [...] (UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, p. 1)

Tais reivindicações pelo território africano, desse modo, tornaram-se “justificáveis” por eles. O continente foi partilhado entre as potências europeias criando

diversos sistemas coloniais, os quais variavam em suas relações, processos, estrutura econômica e política justificando sua dominação. A dominação ficou circunscrita aos pequenos centros e seus arredores, nos espaços econômicos produtivos e ao longo do caminho de escoamento dos produtos de exportação (DA SILVA, Genilder; PEREIRA, Izabel).

A Conferência de Berlim chega ao fim, depois de mais de três meses de discussões. Sem consideração alguma com as sociedades existentes, suas histórias e organizações políticas, sociais e econômicas, a partilha do território se dava para os europeus sob o contexto da conformidade com o direito internacional. Historiadores, como o nigeriano Olyaemi Akinwumi, da Universidade Estatal de Nasarawa, acreditam que na Conferência de Berlim se fundamentavam os conflitos internos que viriam a partir da colonização majoritariamente europeia na região.

Foi então, marcado pela violência e irracionalidade de seus colonizadores, o confisco de terras, as formas compulsórias de trabalho, cobrança abusiva de impostos e a violência simbólica provinda do racismo, constituído o dinamismo histórico dos africanos (HERNANDEZ, 2005, p.99). Desse modo, a presença branca moldou o continente como hoje o vemos. A mesma traz consigo toda a infraestrutura industrial e financeira do capitalismo europeu, embora até a Primeira Guerra Mundial, as colônias serão predominantemente agrícolas, com a finalidade de se abastecer o excesso populacional europeu (FRANCO JR, Hilário e CHACON, Paulo Pan, 1980).

A Conferência em si foi o fundamental para o território, embora não tenha sido o definidor de fronteiras. O mapa da África foi sendo moldado com os acordos e tratados que o precederam. As potências teriam a partir da Conferência uma zona de influência pautadas nos debates que valorizavam o princípio da ocupação efetiva<sup>7</sup>.

A definição das fronteiras africanas resulta de uma extensa apuração, tendo a Conferência de Berlim uma significativa importância, em contexto atual pode-se ressaltar que a mesma foi causadora de diversos conflitos dentro do continente. O continente africano tem um histórico que reflete muito drasticamente no seu presente, estabeleceu

---

<sup>7</sup> O princípio de ocupação efetiva foi o princípio acordado pelos signatários da Ata da Conferência de Berlim, o qual admitia que para que aja a ocupação territorial efetivamente, o país colonizador deve demonstrar capacidade militar e administrativa para manter suas colônias.

divisões e aflorou as divergências culturais entre os povos africanos, uma vez que não respeitava as fronteiras étnicas e culturais preexistentes.

Tendo em vista a pluralidade étnica e cultural da África, o espaço socio-espacial do continente era dividido por tribos e clãs. Após a conferência, tais quesitos culturais são totalmente negligenciados, as tribos são separadas, os governos assumem na maioria das vezes com territórios em conflitos, sem representatividade e caracterizam-se por serem ditatoriais. Os conflitos internos do passado e da atualidade africana pairam em muita das vezes sobre a questão problemática gerada desde esta reunião, que foi a disputa por domínio de terras.

### **3.2. Processo de descolonização**

No período entreguerras, as elites africanas começaram a agitar-se pela falta de poder, se organizando em associações culturais ou em grupos de interesse. Assim sendo, uma grande gama diversa de associações emergiam, desde organizações culturais ligadas à religião no norte africano como a argelina “Associação dos ‘ulamã’, até organizações contra a retirada de terras produtivas dos agricultores locais, a “Associação Central dos Kikuyu” na África Oriental (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA)”.

A Segunda Guerra Mundial, durando de 1939 à 1945, desestabilizou os países imperialistas e foi um dos grande fatores que possibilitou o processo de independência de algumas colônias. Houve então, uma nova fase de agitação entre as elites locais. Junto a elas, as massas populacionais locais erguiam-se contra as ideias nazi-fascistas. Após a guerra, os países europeus encontravam-se debilitados por conta do embate em suas terras, diferentemente dos Estados Unidos. Desse modo, as colônias africanas viam o enfraquecimento dos colonizadores como uma oportunidade de sua liberdade.

Após a Segunda Guerra, sobreveio o combate muitas vezes armado pela independência política no território africano. A luta pela retirada do governo de maioria branca se deu em massa durante a Guerra Fria. Nesse contexto, tal embate entre a União Soviética e os Estados Unidos não foi apenas um fator estruturante das primeiras décadas pós-coloniais africanas, mas sim uma dimensão da vida política internacional que em larga escala serviu aos interesses dos atores políticos que dominam a cena africana (OLIVEIRA, Ricardo).

O confronto indireto entre Estados Unidos e União Soviética, como superpotências pela disputa pela ampliação do seu poder e dos espaços de influência no mundo, ficou conhecido como “Guerra Fria” frente à inviabilidade de um confronto direto e aberto de natureza nuclear entre os países, motivo pelo qual é possível identificar diferentes fases evolutivas das relações EUA-URSS e guerras regionais com o apoio de um dos lados (LAFEBER, 1997; HOBBSAWN, 1995). A Guerra Fria, período de 1947 à 1989, dividia, assim, o mundo em dois polos, separando países entre aliados e inimigos de cada potência.

Ressurgiram, a partir desse período, lutas para a independência dos países africanos. As potências coloniais começaram a confrontar-se com o surgimento de partidos políticos revolucionários e nacionalistas, geralmente de caráter anti-colonialista e que objetivavam a independência. Alguns desses partidos, inclusive, de caráter comunista, como o argelino Front de Libération National. Esses fatores levaram a intervenções armadas por parte dos colonizadores. Países como a França observavam uma ameaça soviética na região.

Os dois lados da Guerra Fria financiaram milícias e fomentaram guerras civis em territórios, matando milhões de pessoas no século XX. Ex-colônias eram áreas aliadas em potencial para as superpotências, de maneira que países de todo o globo envolviam-se no conflito. O Secretário de Estado dos Estados Unidos durante o governo do presidente Eisenhower, John Foster Dulles, registrava que abraçar o neutralismo na guerra contra o comunismo era muito próximo de um pecado mortal. Para os estadunidenses àqueles que não eram aliados poderiam arriscar-se a serem vistos como inimigos, justificando a presença bélica norte-americana em muitos desses territórios (ALTMAN, Max).

Durante a Administração Eisenhower, a política americana para as colônias europeias na África Negra caracterizou-se por diversas opções táticas destinadas a ultrapassar as contradições inerentes à Guerra Fria. Ao mesmo tempo que procuravam preservar os seus aliados europeus da NATO<sup>8</sup>, os Estados Unidos viram-se na necessidade de reafirmar as suas tradições anticoloniais. Era também necessário impedir que os soviéticos tirassem partido do facto de os poderes imperialistas da Europa utilizarem o colonialismo para negar a liberdade a um grande número de povos (KENT, 2011, p. 1)

---

<sup>8</sup> A Organização do Tratado do Atlântico Norte, de sigla em português OTAN e em inglês NATO, foi a aliança militar firmada entre países do bloco capitalista que afirmava um sistema de defesa mútua em caso de ataque por um país de fora. O Tratado foi firmado em 4 de abril de 1949 em Bruxelas, Bélgica.

Assim, em meio a essa política ofensiva tanto do lado capitalista quanto do lado soviético, ocorrendo o intenso processo de independência apoiada pelas superpotências antagônicas, as divisões territoriais se mantiveram e a disputa pelo poder se acirrou. Tal cenário era propício para a intervenção estadunidense e soviética, que patrocinariam um grupo que almejava o poder na região e conquistariam mais uma área de influência. As guerras no continente africano eram fomentadas e deixariam um rastro que segue até os dias atuais.

Nesse tempo ainda, alguns países reuniram-se para criar uma outra alternativa a se seguir, uma terceira via. Em 1955, na Indonésia, foi realizada a Conferência de Bandung. A reunião uniu tanto países africanos como asiáticos para traçar os rumos desses países frente ao processo político de bipolarização que surgiu com a Guerra Fria. Juntos, traçaram uma nova força política global, comumente chamada de “Terceiro Mundo”, visando ainda condenar as formas de colonialismo que vinham sendo patrocinadas pelos Estados Unidos e a União Soviética. Realizou-se, então na reunião, os dez princípios da Conferência, os quais continha, entre eles, o respeito à soberania e integridade territorial de todas as nações. Tal ponto traduz o momento em que algumas nações estavam passando com a repercussão do sentimento nacionalista eclodindo.

Embora o sistema internacional da Guerra Fria tenha sido um dos dois pilares essenciais da política africana de descolonização, outro pilar imprescindível foi o caráter da economia internacional durante estes anos e os seus efeitos na vida dos Estados. A África Subsaariana vivenciou um *boom* econômico contínuo nas sociedades industrializadas, o que resultaram em preços internacionais altos das matérias-primas, tanto minerais quanto agrícolas que era produzido (OLIVEIRA, Ricardo). Conseqüentemente, teriam os países africanos e seus movimentos nacionalistas anticoloniais o período favorável para suas reivindicações contra as colônias, logo, conseguindo a liberdade.

Porém, em uma análise do autor Ricardo Soares de Oliveira, ele aponta que os regimes africanos pós-coloniais partilhavam de características de potencial problemático, tais como:

o abandono rápido e fácil do pluralismo político e a adoção de sistemas políticos autoritários; uma crença forte no papel do Estado em todas as áreas da economia e a multiplicação do número de funcionários públicos, de companhias estatais, e do

envolvimento do Estado em áreas anteriormente dominadas pelo sector privado; a penetração das instituições públicas formais, pretensamente impessoais, por grupos de interesses informais e agendas patrimoniais que procuram controlar a distribuição de bens materiais e de privilégios políticos (OLIVEIRA, 2009, p. 4).

Estas três dimensões citadas eram partilhadas por vários Estados africanos, que conferiram a realizações de seus potenciais problemáticos.

Embora cruciais, as políticas estrangeiras tais como o Conselho Tutelar das Nações Unidas que servira para pressão e condenação das práticas colonialistas não foram a principal causa de libertação dos povos africanos. A mais potente força a favor de suas independências foi a organização que crescia, com ela formações de demandas mais concisas pela população e a luta armada engajada contra as forças externas.

#### **4. Histórico Instrutivo**

A região do Delta do Níger, tal qual boa parte da África Saariana, atualmente ainda sofre com os efeitos nocivos dos tempos históricos de colonização. A França e o Império Britânico especialmente, ao final do século XVIII e início do XIX, foram nações europeias que dispuseram seus domínios sobre o local e participaram ativamente no processo que inicia a análise dos conflitos transcorridos na região. A atual República do Níger foi parte formalmente da África Ocidental Francesa no ano de 1922, embora os franceses exercitassem sua dominação desde o século anterior, seja pelas armas ou através de acordos que dominaram os distintos reinos que ali previamente conviviam. O imperialismo pretérito da nação europeia, atualmente, configura uma série de problemas ao país africano, tais como o menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do mundo, dificuldades de abastecimento alimentar interno, endividamento externo acarretando crescimento da inflação, baixa qualificação profissional pela alta taxa de analfabetismo e guerra civil, sumariamente. (LA GUÍA DEL MUNDO, 2000)

A formação de milícias nacionais e disputa política em meio aos conflitos sociais data do período de 1950 a 1980, em que a África passava pelo processo de descolonização de suas nações. Essas revoluções nacionais, especialmente na área em que hoje é a fronteira entre a Nigéria e o Níger, tomaram um caráter de ampla adesão social, especialmente nas concentrações demográficas no Lago Chade e nas províncias de Niamey e próximas ao Rio Sokoto. Os militares ganharam grande projeção política dentre

a sociedade desde então, tendo disposto de cargos políticos nos mandatos de Hamani Diori e Ali Seibou, no Níger recém-independente, e Yacubu Gowon, na Nigéria de 1970. (SIOLLUN, 2009) Os altos índices de corrupção em governos militares, a polarização ideológica dos Estados ocidentais da África durante a Guerra Fria e a expressiva militarização das massas populares, fortalecida pelo tráfico de armamento, levaram a um crescimento dos poderes de facto das organizações paramilitares. (ONWUMECHILI, 1998)

A região em conflito que abrange o Rio Níger tem seu epicentro nas cidades nigerianas de Porto Harcourt e Yenagoa, especialmente na Bacia de Bayelsa-Rivers, na divisa com Camarões. Forças separatistas autoproclamam a região como República de Biafra. Além do Exército Nacional do Níger e das Forças Armadas Nigerianas, estão presentes na região grupos considerados rebeldes, separatistas, regionalistas e até mesmo terroristas, dentre eles o mais conhecido Boko Haram, o qual ganhou enorme projeção internacional ao anunciar sua aliança com o Estado Islâmico do Iraque e da Síria (ISIS), ainda em 2013. Outras milícias são atuantes a mais tempo na região, a saber as principais: Vingadores do Delta do Níger, Frente de Liberação do Delta do Níger (REFWORLD ORGANIZATION, 2006), Movimento de Emancipação do Delta do Níger (KIMIEBI, 2010), Força Voluntária Popular do Delta do Níger (HUMAN RIGHTS WATCH, 2005) e Vigilantes do Delta do Níger. ,

As sociedades Hausa-Fulani no norte da Nigéria são os sucessores culturais do califado de Sokoto, um estado teocrático fundado em 1817. Geograficamente isolado no norte, o califado manteve relações comerciais e culturais com o restante do norte africano e estados árabes. Em contraste, os Yoruba, Igbo e Efik, no sul, tiveram contato regular com os europeus desde o século XVI. Uma minoria dos sulistas converteu-se ao cristianismo antes do estabelecimento do controle permanente britânico, mas a maioria seguiu as religiões tradicionais, adorando inúmeras deidades com vastos domínios que abrangiam as esferas cósmica e terrestre. Os nigerianos costeiros estabeleceram o comércio próspero tanto regional como estrangeiro, formando a costa em um centro para produtos como o óleo de palma, um bom procurado pela rápida industrialização da Europa, enquanto a região também servia como porto estratégico para o comércio de escravos antes de sua proibição internacional. (OKONTA e DOUGLAS, 2001).



A região do Delta do Níger, que é aproximadamente sinônimo do coração contemporâneo da indústria do petróleo, é e foi uma zona de densa diversidade cultural e atualmente é habitada por cerca de quarenta grupos étnicos falando aproximadamente 250 dialetos. Alguns dos grupos étnicos mais relevantes na região ocidental da região do Delta do Níger incluem os Ijaw, Itsekiri e Ogoni. No século XVI, na medida em que o comércio de escravos cresceu em importância, as cidades portuárias de Ijaw, como Bonny e Brass, se tornaram grandes estados comerciais que serviram como grandes exportadores de peixes e outros produtos regionalmente. Outros estados como os do domínio Itsekiri de Warri também surgiram neste momento (Idem, Ibidem). A região oriental do Delta do Níger é lar do povo Efik. Sua capital de Calabar, localizada no sudeste costeiro da Nigéria, serviu como o principal centro de comércio e transporte durante o período pré-colonial e colonial. Calabar também serviu como a primeira capital da Nigéria e o ponto de entrada da religião ocidental e da educação ocidental no sudeste da Nigéria. As populações combinadas das pessoas Ibíbio, Annang e Efik configuram o quarto maior grupo linguístico na Nigéria. (UNESCO, s.d.)

Durante a Guerra Civil Nigeriana, também dita Guerra do Biafra (1966-1970), a secessão do povo Igbo foi consequência, em parte, dos programas de favorecimento estrutural do norte nigeriano. No entanto, boa parte dos recursos foi revertida ao sudoeste após a descoberta de petróleo na região do Delta. A perspectiva de crescimento econômico emergiu da região ocidental, ganhando autossuficiência econômica, permitindo com que populações próximas pudessem auferir de melhor qualidade de vida. No restante do país, insatisfações acerca da concentração de recursos no Norte de Sudoeste suscitaram críticas ao governo e estimularam tensões étnicas ao povo Igbo. Os mais lesados econômica e socialmente são representantes das etnias Ogoni e Ijaw, concentrados nas porções desérticas da Nigéria, não coincidentemente as partes que mais aderem aos movimentos de contestação governamental.

Evidências recentes sugerem que uma batalha tributária travada por companhias petrolíferas norte-americanas contribuiu para as tensões regionais e étnicas que levaram ao início da guerra. Foi também durante este período que, novamente graças aos americanos, a opacidade e a corrupção concomitante do petróleo nigeriano começaram a cristalizar (KLIEMAN, 2012). No entanto, a evidência dos documentos vazados do Departamento de Estado dos EUA provou que a Grã-Bretanha, através da Shell-BP, ainda detinha a maior influência sobre a indústria do petróleo nigeriana no momento em que a

guerra estourou. Os Estados Unidos declararam a neutralidade, com o secretário de Estado dos EUA, Dean Rusk, afirmando que "a América não está em posição de agir, pois a Nigéria é uma área sob influência britânica", mas, no entanto, forneceu assistência militar ao governo da Nigéria (AWOYOKUN, 2013).

Em maio de 1971, o governo federal da Nigéria, então sob o controle do general Yakubu Gowon, nacionalizou a indústria do petróleo criando a National Oil Corporation nigeriana através de um decreto. O governo julgava necessário, na época, garantir e obter mais controle sobre a indústria do petróleo após a Guerra do Biafra. Nos mandatos seguintes e sucessores a Gowon, Murtala Mohammed e Olusegun Obasanjo, que governaram a Nigéria durante a década de 1970, tiveram seus governos caracterizados pelo patrocínio endêmico e corrupção pelas elites políticas, tópicos que afligem a nação até hoje. Nos níveis estadual e federal, o poder e, portanto, as riquezas geralmente eram monopolizadas por seletos grupos de lobby que mantêm uma forte tendência a "cuidar dos seus próprios", recompensando financeiramente seus apoiantes políticos. No nível do estado ou da comunidade, isso significa que os grupos de interesse no poder irão recompensar e proteger os seus; Isso geralmente se baseia na afiliação étnica-tribal ou religiosa do grupo de interesse. O grande patrocínio baseado na afiliação tribal alimentou a agitação e a violência étnica em toda a Nigéria, mas particularmente nos estados do Delta do Níger, onde as apostas para o controle dos imensos recursos de petróleo são muito altas. Em nível federal, as elites políticas utilizaram o patrocínio para consolidar o poder para o governo dominante, não só recompensando seus amigos políticos no governo federal, mas também pagando grandes grupos de interesse a nível estadual ou tribal, a fim de suscitar sua cooperação. Inevitavelmente, esses favores financeiros são distribuídos de forma desigual e ineficiente, resultando em concentração de riqueza e poder nas mãos de uma pequena minoria (KHAN, 1994). A Nigéria é classificada em 136º pelo Índice de Percepção de Corrupção em um total de 176 países.

Apesar do papel proeminente do petróleo nos assuntos nacionais, até o momento, o governo federal nigeriano tinha apenas um envolvimento limitado na indústria do petróleo, limitando seu envolvimento financeiro na indústria do petróleo a impostos e royalties sobre as companhias de petróleo. Posteriormente, as empresas conseguiram fixar seu próprio preço sobre o petróleo que extraíram e dominaram o petróleo até tal ponto que as leis que governam o setor de petróleo estavam afetando negativamente os interesses nigerianos. No entanto, mesmo durante o conflito com a Biafra forçaria

mudanças na relação entre o governo federal e a indústria do petróleo. O governo militar de Gowon instituiu o Decreto de Petróleo de 1969 que desmantelou o sistema de alocação de receita existente que dividiu a receita de impostos sobre o petróleo por igual entre o governo federal e o governo estadual, preferindo uma fórmula de alocação em que o governo federal controlava a dispensa de receitas para os estados (LA GUÍA DEL MUNDO, 2000).

As juntas militares dos anos 80 realizaram várias tentativas de reorganização do NNPC (Nigerian National Petroleum Corporation) para aumentar sua eficiência. No entanto, de acordo com a maioria das fontes no início dos anos 90, a NNPC caracterizou-se por ineficiência e desperdício crônicos. A burocracia e a má organização são padrão, sendo o NNPC dividido em várias sub-entidades, cada uma cumprindo uma determinada função. Isto apesar da crescente participação da NNPC na indústria, incluindo desenvolvimento e exploração de inúmeros poços offshore. Como resultado, a funcionalidade da indústria é dependente de corporações estrangeiras, e não da NNPC. (WATTS, 2004) O salto súbito nos preços do petróleo causado pela Primeira Guerra do Golfo em 1990 e 1991, como a maioria dos pesquisadores confirma, foi, no melhor dos casos, desperdiçado. A junta do presidente Ibrahim Babangida foi amplamente acusada de "administrar mal" a poupança de petróleo do salto no preço da Guerra do Golfo, que representou cerca de US \$ 12,5 bilhões em receitas. Outro alega que "o governo federal dissipara cerca de US \$ 12,2 bilhões entre 1988 e 1994 em contas privadas ou despesas, clandestinamente empreendidas enquanto o país estava abertamente cambaleando com uma dívida externa esmagadora" (OKONTA e DOUGLAS, 2001).

Em meio às instabilidades, o governo interino do presidente Ernest Shonekan, que sucedeu Babangida, teve uma curta duração. Em 17 de novembro de 1993, o ex-chefe de Estado-Maior de Babangida e Ministro da Defesa, Sani Abacha, derrubou o regime de guarda e se instalou como Chefe de Estado. A oposição popular à junta foi generalizada e as manifestações públicas ocorreram de forma expressiva. Imediatamente após assumir o poder, Abacha começou a repressão brutal desses elementos subversivos que tornariam seu mandato notório em uma base global. Durante o início da década de 1990, tais distúrbios populares cresceram de forma constante na região do Delta do Níger, onde vários grupos étnicos começaram a exigir compensação por anos de danos ecológicos, bem como o controle sobre os recursos de petróleo da terra. Esta agitação se manifestou desde o início como organizações de ativistas pacíficas que uniram seus membros com

base na etnia. Uma das organizações mais proeminentes dessas manifestações foi o Movimento para a Sobrevivência do Povo Ogoni (MOSOP). O grupo declarou que o povo Ogoni, uma pequena minoria no estado dos rios da Nigéria, estava lentamente sendo aniquilado, pois o terreno arável de sua terra natal (conhecido como Ogonilândia) foi degradado pela poluição da produção de petróleo pela Chevron e principalmente pela Shell. Em 30 de janeiro de 2013, um tribunal holandês decidiu que a Shell tem possibilidades de ser responsabilizada pela poluição no Delta do Níger. (SIOLLUN, 2009 e ONWUMECHILI, 1998)

A concorrência pela riqueza do petróleo tem alimentado a violência entre inúmeros grupos étnicos, levando a militarização de quase toda a região que foi ocupada pelas milícias tribais, pelo exército nigeriano e as forças policiais (incluindo paramilitares da Mobile Police, MOPOL). Vítimas de crimes ligados ao conflito têm medo e quase sempre evitam buscar a justiça com ações judiciais devido a crescente impunidade dos infratores, o que estimula um ciclo de violência e revanchismo (HUMAN RIGHTS WATCH, 2004). A conjuntura se agrava na esfera regional. Em virtude do poder paralelo concedido a paramilitares, traficantes de armas e drogas, chefes de milícias e militares reformados corruptos, as regiões de Ondo até Cross River, apesar de serem regiões petrolíferas, carecem da ação do Estado, excetuando a repressão militar.

O povo dos estados do Delta vive em extrema pobreza, mesmo diante da grande riqueza material encontrada nas águas por suas casas. De acordo com a Anistia Internacional em 2006, 70% das pessoas no Delta do Rio do Níger vivem com menos de US \$ 1 por dia. Para muitas pessoas, isso significa encontrar trabalho em um mercado de trabalho que, em muitos casos, é hostil a eles. Grande parte do trabalho no passado foi importada. Em grau crescente, a força de trabalho das companhias de petróleo vem da Nigéria, mas a discriminação é desenfreada e, na maioria das vezes, os locais são marginalizados (BOELE e WHEELER, 2001). Isso leva a uma situação em que os homens da comunidade precisam procurar emprego temporário, o que acarreta em dois efeitos negativos na comunidade: primeiro leva os homens para fora da comunidade à medida que vão à procura de trabalho. O segundo é a natureza do emprego temporário estabelece hábitos de gastos insustentáveis. Eles ganham algum dinheiro e gastam-no pensando que será fácil ganhar mais, quando, em muitos casos, isso não é o caso. A maioria das aldeias não tem eletricidade nem água corrente, não têm bons acessos a escolas ou clínicas médicas. Para muitos, até mesmo a água potável é difícil de encontrar.

A deterioração da infraestrutura nos estados do Delta é tão grave que é um problema mesmo nas áreas urbanas. Um exemplo disto é o aeroporto de Port Harcourt. Parte de uma cerca não foi mantida corretamente e um voo da Air France atingiu um rebanho de gado na pista em 2005. O aeroporto estava fechado e ainda não havia sido reaberto em 2007 (JUNGER, 2007 e EGAN, 1999). Assim sendo, tem-se noção objetiva de que a problemática que preenche a sociedade regional do Delta do Níger tem raízes étnico-culturais e políticas, tanto quanto consequências devastadoras nas esferas nacional e internacional.

#### **4.1 A questão democrática nigeriana**

A Nigéria, durante sua ocupação britânica, fora desenvolvida através do modelo inglês de administração colonial indireta. Este modelo punha os emires islâmicos do norte africano como comandantes intermediários, o que culminou na transferência da hegemonia política ao atual território da Nigéria, cuja população é predominantemente miscigenada entre hauçás e fulani. Com a independência, em 1960, o poder político-administrativo foi trasladado ao Congresso do Povo do Norte (NPC), declarando o sistema republicano três anos depois, em coalizão com o partido NCNC, Conselho Nacional de Cidadãos Nigerianos. A Primeira República da Nigéria herdou, portanto, o Sistema Westminster de governo e as bases da Constituição Nacional dos colonialistas britânicos, tendo como seu primeiro presidente Nnamdi Azikiwe e, no cargo de primeiro-ministro, Abubakar Tafawa Balewa. (UNESCO, s.d)

Todavia, o sistema britânico de Parlamento bicameral e estrutura federal em quatro estados – regiões Norte, Oeste, Leste e Sul – se ajustaram mal às circunstâncias nacionais. Os governantes regionais, em razão da proximidade administrativa, obtiveram mais poder de facto do que o próprio presidente Azikiwe. As vertentes partidárias progressistas foram gradativamente sendo marginalizadas, em virtude de uma sucessão de fraudes eleitorais e os caudilhos se distanciaram da visão nacional, alentando o chauvinismo étnico. O Exército Nacional atuou de forma inicial como entidade deliberativa e depois como instituição governamental assim que o general Yakubu Gowon assumiu a presidência através de um golpe militar. Nessa época, a exploração de petróleo por empresas estrangeiras no país começou a ser ativo e gradativamente predominante. A França estimulava então o movimento separatista igbo, este que evoluiu para o conflito civil em

larga escala mais marcante da história do país, a Guerra do Biafra, com duração de três anos. (LA GUÍA DEL MUNDO, 2000)

A Nigéria, durante o regime de governo Gowon, auferia do status de 8ª potência produtora de petróleo do mundo. Foram expropriadas, por ordem Executiva, 55% das empresas transnacionais que operavam a exploração, gerando cenário propício ao financiamento do empresariado local. O poder real era exercido pelo Conselho Militar Supremo, constituído de líderes militares de alta patente que atuavam como presidente. O mesmo Conselho foi responsável por retirar da Nigéria as instalações militares e de inteligência norte-americanas. Em 30 de julho de 1975, o general e até então presidente Yakubu Gowon foi deposto em um golpe palaciano que trouxe o então Brigadeiro Murtala Muhammed ao poder como chefe de Estado. Este, por sua vez, no ano seguinte foi assassinado no episódio conhecido como “Golpe Dikma”. Após a morte do general Muhammed e o fracasso do golpe, em seguida, o Tenente-General Olusegun Obasanjo tornou-se Chefe de Estado. (Idem)

Durante a presidência de Obasanjo, os capitais ativos da British Petroleum e do Barclays Bank foram nacionalizados, pois ambas as companhias foram acusadas de violar as sanções econômicas estabelecidas pelo regime contra a África do Sul. Em 1978 foram promovidas reformas institucionais e eleições, abrindo-se portas ao retorno dos civis ao governo. A Comissão Federal de Eleições só permitiu a existência de cinco partidos, todos de projeção nacional, representantes da elite política e financeira tradicional, deixando de fora os partidos de extração socialista e revolucionários, valendo-se do pretexto de evitar os antagonismos políticos. O partido vencedor destas eleições foi o Partido Nacional da Nigéria (NPN), com ¼ do eleitorado. O Partido Unido da Nigéria (UPN) ficou em segundo lugar, com 20% dos votos. Shehu Shagari foi eleito presidente após 13 anos de regime militar, dispondo de poucas alianças em ambas as câmaras legislativas. (Idem)

Shagari fora responsável por lançar um plano econômico de orientação liberal-capitalista para dinamizar e desenvolver a economia nacional. O plano era pautado em movimentar os lucros obtidos exclusivamente com a indústria do petróleo, visando transformar a Nigéria no principal polo de desenvolvimento da África Subsaariana. Entre as promessas de execução do plano, estavam a construção de uma nova capital e a duplicação do número de matriculados nas escolas primárias e secundárias, além de uma polêmica “revolução verde” que jurava lograr a autossuficiência alimentar do país.

Nenhuma das propostas se tornou realidade. Os índices econômicos mostravam um panorama desfavorável, com aumento do contrabando, concentração populacional de imigrantes pobres e de camponeses nas cidades, elevação do número de desempregados e redução do poder aquisitivo dos assalariados de baixa renda. O Fundo Monetário Internacional, então, começou a pressionar o governo com exigências econômicas após financiar o pagamento da dívida externa. Em paralelo, Shagari conduzia a abertura de novas eleições, tendo sido reeleito pelo NPN em 1983, um ano antes do golpe militar que levou Muhammadu Buhari (atual presidente nigeriano) a seu primeiro mandato. (SIOLLUN, 2009)

O golpe de Estado de 1 de Janeiro de 1984 derrubou o presidente Shagari, que havia a pouco sido democraticamente reeleito. Entre os participantes, estavam os maiores-generais Ibrahim Babangida e Muhammadu Buhari, os brigadeiros Ibrahim Bako, Sani Abacha e Tunde Idiagbon. O Major-General Buhari foi nomeado Chefe de Estado pelos conspiradores. Uma das principais acusações contra o governo de Shagari pautava-se na corrupção existente na área do petróleo, responsável por 95% da entrada de divisas no país. (Idem) Foram promovidas, em todos os níveis, detenções e foram substituídos os governadores civis por militares. A crise econômica, no entanto, não havia retraído e o arroz, principal insumo agrícola do país, havia quadruplicado seu preço de Janeiro de 1984 a Junho de 1985. A repressão estatal foi responsável pela expulsão de cerca de 600mil estrangeiros ilegais e nacionais opositores ao mesmo tempo em que a dívida externa atingiu 15 milhões de dólares, em virtude da redução de mão-de-obra nos setores econômicos essenciais. Em meio a crise, ocorreu um novo golpe de Estado sobre Buhari em agosto de 1985, levando Babangida ao cargo presidencial. (IHONVBERE,1996)

Em Dezembro de 1987, novas eleições civis foram anuladas. Os motivos permeiam os mais de 15 mil candidatos impedidos de filiarem-se a partidos políticos e devem-se à ação da Comissão Eleitoral Nacional que, na falta de uma preparação adequada para o processo democrático, observou a degeneração do mesmo em turbas, atos de violência e acusações posteriores do não cumprimento da vigilância do órgão na realização de um pleito ilibado. Dois anos depois, o governo militar anunciou o adiamento para Dezembro de 1990 das eleições gerais. Seis meses após esse comunicado, Babangida anunciou o fim da proibição de realizar atividades políticas, objetivando controlar a transição do regime militar ao civil até 1992. (LA GUÍA DEL MUNDO, 2000)

Em Abril e Junho de 1990, agências de notícia anunciaram uma falha tentativa de golpe de Estado, frustrada por forças leais ao governo. A criação de nove novos estados para separar etnias rivais gerou numerosos protestos, os quais foram severamente reprimidos pelo governo, provocando baixas civis nos três meses de rebelião e culminando no “toque de recolher”, decretado pelo governo nigeriano nos meses finais do ano. (OLUKOYUN, 2004) Ao final de 1991, o governo anulou, acusando fraude, as eleições internas de partidos políticos que buscavam lançar seus candidatos aos governos dos estados. Em Novembro, um novo censo higienizou os registros eleitorais, eliminando numerosa quantidade de eleitores “fantasmas”. No início de Dezembro do mesmo ano, a democracia popular obteve uma tímida vitória ao eleger o Partido Social-Democrata (SDP) para o governo de 16 estados, estando a Convenção Nacional Republicana (NRC) encarregada de outros 14 estados. Onze dissidentes foram beneficiados por um decreto de anistia, tendo o mesmo revogado, também, a lei que proibia a candidatura de ex-membros do governo. (BAKARE, 2013)

A prisão de aproximadamente 300 militantes islâmicos no início de 1992 originou focos de insurreição no estado de Katsina. Houve nesse período uma explosão de conflitos inter-étnicos entre hauçás e katajs no estado de Kaduna, bem como litígios territoriais entre tivs e jukins em Taraba, totalizando cinco mil mortos, aproximadamente. Em julho do mesmo ano, realizaram-se eleições legislativas, embora a Assembleia Nacional só tenha sido empossada em Dezembro. O Partido Social-Democrata (de centro-esquerda, autodeclarado), obteve 52 assentos no Senado e 314 na Câmara de Representantes. A Convenção Nacional Republicana (de centro-direita, considerada) dispunha de 37 e 275 cadeiras, respectivamente. Foi aberta na Nigéria, portanto, uma etapa de transição para um governo civil após uma sucessão de golpes militares que se alongava por 23 anos. (MUSA, s.d) Em Outubro, realizaram-se eleições presidenciais com candidatos de dois partidos principais, sendo estes o SDP e a NRC, criados pelo próprio regime e cujos programas de governos eram dificilmente diferenciáveis, abordando pautas e métodos políticos semelhantes. Todavia, o presidente Babangida anulou os resultados sob acusação de fraude, desautorizou os candidatos e destituiu a direção dos partidos principais. No mesmo mês, o governo militar proibiu toda atividade política. (LA GUÍA DEL MUNDO, 2000)

Em Novembro, Babangida anunciou para junho de 1993 o adiamento das novas eleições, projetadas para janeiro daquele ano, ratificando os 23 candidatos presidenciais



do ano anterior e propondo que a transferência de poder se desse em Agosto. Em 12 de Junho, realizaram-se as primeiras eleições presidenciais desde 1983. Ainda assim, o governo militar suspendeu o anúncio dos resultados até a conclusão de investigações em curso acerca de supostas fraudes. A disputa principal se dava em torno dos dois partidos líderes, SDP e NRC, que haviam sido reconhecidos novamente, porém sem apresentar seus candidatos originais, os quais haviam sido cassados no ano anterior. Os resultados, anunciados em junho, acusavam ambos SDP e NRC de compra de votos e ameaçava invalidar novamente as eleições. Moshood Abiola, milionário ligado aos emires muçulmanos e aparentemente vencedor do pleito pelo SDP partiu para Londres para fazer campanha em prol da condenação internacional do regime de Babangida. A suspensão de relações econômicas, diplomáticas e militares do Reino Unido e Estados Unidos para com a Nigéria pressionavam a saída de Babangida do governo, ao passo em que demonstravam uma receptividade externa a Abiola, que incitou o povo nigeriano à desobediência civil. (Idem)

Protestos eclodiram na antiga capital, Lagos, onde ao menos 25 pessoas foram assassinadas por tropas federais. Da revolta, surgiu a aliança partidária Campanha pela Democracia, reunindo 25 grupos de oposição. Pressionado, o regime fixou novas eleições presidenciais para 14 de Agosto, anunciando a passagem de poder para o dia 27 do mesmo mês. Não obstante, vetou explicitamente a participação de Abiola (SDP) e de Othma Tofa (NRC). Os enfrentamentos se estenderam até 26 de Agosto, em que três dias antes Babangida havia se demitido de seu cargo e entregado a Ernest Shonekan o comando provisório. Apesar de Shonekan ter prometido dar continuidade ao processo eleitoral, foi incapaz de gerir a turbulência política que se seguiu pós Babangida nos meses seguintes. (ENCYCLOPEDIA BRITANNICA, s.d) Seu governo provisório foi discretamente retirado pelo Ministro da Defesa, General Sani Abacha em 17 de novembro de 1993. Em meio a greves sindicais que exigiam o reconhecimento de Abiola como presidente, a gestão Abacha mostrava-se com punhos de ferro, reprimindo manifestações, prendendo sindicalistas e líderes populares, dissolvendo o Parlamento e proibindo novamente todas as atividades ou manifestações políticas. A pressão popular pela reabilitação de Abiola persistiu, porém o líder opositor foi preso em Junho de 1994. Seu encarceramento fora o estímulo para uma paralisação de dez dias no setor petrolífero do Delta do Níger, o mais importante do país. (ONWUMECHILI, 1998)

O presidente Abacha não cedeu, apesar das pressões domésticas e internacionais para libertar Abiola. Em Abril de 1995, a África do Sul enviou um representante à Nigéria para solicitar sua libertação e, embora Abiola tenha concordado em abdicar de suas pretensões à presidência e reconhecer a anulação das eleições de 1993, Abacha não concordou em libertá-lo. Ademais, a execução de nove membros do Movimento pela Sobrevivência do Povo Ogoni, em novembro, marcava a isolamento definitiva do regime. Diversos países, dentre eles os Estados Unidos, retiraram sua embaixada da Nigéria. Em Fevereiro de 1996, a Anistia Internacional emitiu um comunicado público manifestando preocupação com a situação dos militantes ogoni presos. A partir de uma análise partidária realizada pela Comissão Eleitoral Nacional em Junho, Abacha e sua junta militar legalizaram cinco composições partidárias, as quais ficavam encarregadas da administração dos estados. (SIOLLUN, 2009 e IHONVBERE, 1996)

Durante 1997, o aumento no preço do barril de petróleo estimulou o crescimento econômico nigeriano. O governo assegurou de maneira reiterada que este seria o responsável por melhorar a condição social do país. Entretanto, dados do próprio censo alegavam que 80% da população vivia na linha da pobreza. Em 1998, Abacha anunciou, um mês antes de sua morte, a substituição das eleições previstas para Agosto por um referendo para determinar se ele mesmo continuava no poder. Com seu falecimento e o desaparecimento de Abiola, o general Abdulsalam Abubakar, designado pela junta militar, se comprometeu a respeitar a transição democrática. (LA GUÍA DEL MUNDO, 2000) As eleições locais de Fevereiro de 1999 deram a vitória ao general Olusegun Obasanjo, dessa vez no caráter de governo civil, conferindo voz à etnia ioruba. Obasanjo foi reeleito em 2003 em uma eleição disputada com conotações étnicas e religiosas, na qual o seu principal opositor foi Muhammadu Buhari, atual presidente. Obasanjo ganhou 61,8 por cento dos votos, à frente de Buhari por mais de onze milhões de votos. Buhari e outros candidatos derrotados, incluindo Chukwuemeka Ojukwu, o ex-líder da Biafra da década de 1960, alegaram que as eleições foram fraudulentas. As suspeitas foram indicadas também por observatórios internacionais europeus e norte-americanos, que constataram suspeita vitória do partido de Obasanjo no Delta por quase 100% dos votos. (HARDEN, 1990)

O curso da democracia ocorreu normalmente nas eleições de 2007, na qual o povo nigeriano elegeu Umaru Yar'Adua, e de 2015, que levou o ex-presidente militar Muhammadu Buhari novamente à presidência, em caráter civil. Yar'Adua veio a falecer

em 2010, o que levou seu vice, Goodluck Jonathan, a exercer a presidência até maio de 2015. Durante seu mandato como vice-presidente, Jonathan foi alvo de dois atentados sem sucesso e, na presidência, figurou um dos períodos de maior estabilidade econômica, embora gastos militares na contenção das revoltas do Delta tenham impedido uma maior prosperidade social.

Portanto, no que tange ao curso democrático da política nigeriana, conclui-se a existência histórica de um padrão recorrente de golpes e contragolpes, que conduziram uma sucessão de governos cada vez mais autoritários e corruptos; todos repletos de falsas promessas de democracia e novos começos. As seguintes razões servem de base para entender as motivações para os golpes militares: rivalidades étnicas, querelas entre militares, invejas pessoais e ambições e temores pessoais. As rivalidades regionais, que têm desempenhado grande parte na recorrência de golpes de Estado, foram resultado do colonialismo na criação de um Estado artificial que engloba vários grupos étnicos distintos. Estes grupos étnicos distintos eram representados por partidos regionais, o que garantia que nenhuma das partes poderia governar a Nigéria por conta própria, e que o conflito era apenas uma questão de tempo. Assim sendo, não houve oposição centralizada para o regime militar; quando um golpe de Estado ocorria, portanto, era apenas outra facção do regime militar. (SIOLLUN, 2009)

Os efeitos econômicos dos regimes militares foram desastrosos. A economia com base agrícola tradicional foi abandonada e se tornou extremamente dependente das exportações de petróleo que, devido às flutuações frequentes dos preços, levou a uma economia instável. O regime de Babangida foi caracterizado por incompetência e desenfreado desperdício e má gestão, a privatização dos recursos públicos e escritórios públicos, a negligência dos setores não petrolíferos e prioridades equivocadas. Essencialmente, o foco era o setor privado, em oposição ao bem da nação. Como resultado da política econômica militar da década de 1980, 45% dos rendimentos cambiais estavam indo para o serviço da dívida e houve pouco crescimento. (ONWUMECHILI, 1998) Isso levou a um aumento da pobreza, crime, abuso de crianças, doenças, decadência institucional e deslocamento urbano. A instabilidade e insatisfação causada por essas políticas foi uma das causas do padrão constante de golpes de Estado. A Nigéria hoje é aparentemente democrática por não ter ocorrido golpes militares desde 1999, no entanto, as décadas sob o regime militar tiveram um impacto retumbante no país com 36 estados,

todos na atualidade, criados pelos militares e ainda tendo uma influência militar considerável evidente.

## **4.2. Recursos naturais e problemas ambientais**

A Nigéria é muitas vezes referida como "o gigante da África", devido à sua grande população e economia. O país tem sido identificado como uma potência regional no continente africano, com particular hegemonia sobre a África Ocidental. Em 2013, o seu produto interno bruto (PIB) se tornou o maior da África, com mais de 500 bilhões de dólares, ultrapassando a economia da África do Sul e chegando ao posto de 26ª maior economia do mundo. Estima-se, segundo o Banco Mundial, que a Nigéria irá se tornar uma das 20 maiores economias do mundo por volta de 2050, em grande parte devido à questão da indústria nacional de petróleo, principal recurso natural nigeriano e peça chave na geopolítica do país. A economia internacional já considera a Nigéria como um mercado em ascensão e, embora a pobreza ainda assale considerável parte da população, o país consta na lista dos "Próximos Onze".

O território nigeriano também tem uma grande variedade de recursos minerais sub-explorados, que incluem gás natural, carvão, bauxita, tantalita, ouro, estanho, minério de ferro, calcário, nióbio, chumbo e zinco. Apesar de possuir enormes depósitos desses recursos naturais, a indústria de mineração local ainda está em um estágio primário. A agricultura costumava ser a principal fonte de divisas da Nigéria. Ao mesmo tempo, o país era o maior exportador mundial de amendoim, cacau e óleo de palma, além de ser um importante produtor de cocos, frutas cítricas, milho, milheto, mandioca, inhame e cana-de-açúcar. Cerca de 60% dos nigerianos trabalham no setor agrícola e o país tem vastas áreas subutilizadas de terra arável. (LEVY, 2004 e SAFIRE, 2007)

O crescimento econômico desenfreado e a frágil situação política foram responsáveis por sérios problemas ambientais na Nigéria. O lixo e resíduos provenientes do crescimento demográfico e das indústrias petrolíferas e de mineração resultam em poluição do ar, do solo, dos cursos d'água e lençóis freáticos. A expansão das terras agrícolas, concentradas em latifúndios, bem como a crescente demanda por madeira e lenha são as principais causas para o desmatamento, embora concentrem a maior parte dos setores de emprego não relacionados à atividade petrolífera e de hidrocarbonetos minerais. A irrigação artificial, empregada na manutenção das terras agricultáveis, ocorre de forma não sustentável, desviando as vias naturais de aquíferos responsáveis pelo

abastecimento hídrico de determinados aglomerados populacionais aglutinados nas zonas rurais.

O ecoturismo também é uma atividade importante ao longo de toda África Ocidental, não somente na Nigéria. O país possui um interesse adquirido recentemente na preservação das áreas de vida selvagem. Os parques de proteção ao ecossistema regional são destinos populares tanto para turistas quanto para visitantes locais, apresentando um próspero potencial de crescimento. Sendo parte de vários acordos internacionais, a Nigéria comprometeu-se a considerar as implicações da economia de petróleo nos campos da biodiversidade, mudanças climáticas, desertificação, lixo tóxico, conservação marinha, atividade nuclear e preservação da camada de ozônio via redução na emissão de poluentes. (LEVY, 2004) Todavia, enquanto a atividade do ecoturismo tenta locupletar as necessidades econômicas e ambientais, o petróleo e os carburetos energéticos, sendo a indústria mais significativa do país, já causaram danos irreversíveis à natureza local, sobretudo na região do Delta. Derramamentos de óleo e incêndios por anos vêm provocando danos graves às habitações, terras agricultáveis e vegetação nativa dentro e ao redor do Delta do Níger. Outras indústrias são responsáveis por distensões na infraestrutura das áreas urbanas, levando a aumentos nas taxas de poluição e problemas no descarte adequado de resíduos, expondo as populações inseridas no meio ao contato com agentes tóxicos e infectantes.

As questões conjunturais nigerianas dificultam os esforços governamentais para melhorar a infraestrutura para o tratamento de lixo, serviço de saneamento básico, suprimento de água potável e na contenção da devastação petrolífera. Corrupção governamental endêmica à parte, as autoridades federais do país veem-se em um estreito espectro para manter a estabilidade social. Por um lado, a população nigeriana e os olhares internacionais urgem para uma melhora sólida nas condições de vida e na infraestrutura nacional, manifestando a necessidade de serem atendidas reivindicações sociais, como um Estado presente, serviços públicos de qualidade, isonomia salarial entre etnias e gêneros, desarmamento civil, desmilitarização social, entre outras medidas que visam auferir à Nigéria o status de país desenvolvido previsto para as próximas décadas. Por outro lado, tendo a indústria de petróleo como a principal fornecedora de suas receitas e mantenedora de grandes quantias dos capitais ativos, o governo nigeriano procura manter o crescimento econômico ao criar fatores de atração e vantagens comparativas às

empresas estrangeiras, o que quase sempre culmina em uma redução da ação estatal e na privatização, ainda que parcial, destes serviços.

A presença das gigantes do petróleo ocidentais traz consigo a violência repressiva à época da Royal Niger Company (empresa britânica do século XIX encarregada pelo governo de defender os interesses britânicos na região com mão de ferro se necessário), o que explica porque o Delta do Níger é hoje uma região poluída, violenta e carente. As empresas petroleiras ocidentais, Royal Dutch Shell (Holanda), Total (França), Agip (Itália), Exxon Mobil (EUA), Chevron (EUA) controlam 95% da indústria petroleira nigeriana através de joint ventures. Empresas do mesmo ramo provenientes de outros países recentemente se instalaram no país, atraídas pelo lucro do petróleo nigeriano, tais como a CNPC e a Sinopec chinesas, a Aramco saudita e a ONGC indiana. Cerca de 20% do petróleo é destinado aos países europeus, 5% ao Canadá e Austrália, enquanto os EUA concentram uma maior porcentagem, em torno de 40%. Enquanto a quase totalidade da produção petroleira é exportada ao estrangeiro, a Nigéria tem que importar perto de 187 mil barris por dia a preços excessivos. (TISSERAND, 2012)

## **5. Posição dos Países**

### **5.1 África do Sul**

A república sul-africana distancia-se da questão da produção de petróleo, sua economia apresenta grande diversidade, dando destaque primordialmente para a atividade mineradora, como na produção de ouro e diamantes. No que tange a questão do Delta do Níger, o governo da África do Sul se assemelha ao governo nigeriano no aumento da exploração da exploração de petróleo. As duas economias são as maiores do continente africano, e vivem crescimento nos seu potencial econômico<sup>9</sup>.

---

<sup>9</sup> Disponível em: < <http://www.dn.pt/lusa/interior/economias-da-africa-do-sul-e-da-nigeria-crescem-apos-meses-de-recessao-8749752.html>>. Acesso em: 05 de set de 2017

## **5.2 Angola**

A história da República de Angola é marcada pela intensa guerra civil que a mesma presenciou, todavia, atualmente trata-se de uma das mais crescentes economias da África<sup>10</sup>. Angola tem na sua base econômica grande porcentagem de exploração e exportação de petróleo, isso fez com que a mesma seja membro da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), sendo esta organização composta pelos países que possuem 75% das reservas mundiais de petróleo. O governo angolano, diferentemente do delta do Níger, possui plena administração dos seus recursos, mesmo com a participação de empresas estrangeiras.

## **5.3 Argélia**

República Argelina Democrática e Popular destaca-se principalmente no contexto africano tendo em vista que a mesma é o segundo país com maior extensão territorial do continente. Argélia tem uma crescente economia baseada na exploração de hidrocarbonetos, além disso, ela é também membro da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP). Sua história também foi palco de uma intensa guerra civil, além de intensas batalhas com milícias.

## **5.4 Benim**

Benim preserva um governo cujos interesses são voltados a necessidades populares, sendo uma herança da época em que o país atendia por “República Popular do Benim” e adotava o socialismo de Estado. O país preserva uma política de pacifismo, raramente buscando o envolvimento com tensões internacionais do continente enquanto beligerante, o que vem lhe atribuindo um caráter de mediador em acordos e conciliações africanas. Apesar disso, no que tange ao conflito do Delta, Benim já manifestou sua preocupação não somente com a possibilidade de expansão do conflito para o território nacional, como também já emitiu publicamente seu desagrado com o conflito, uma vez que este torna a região do Golfo da Guiné instável, trazendo externalidades econômicas negativas e

---

<sup>10</sup> Disponível em: < <http://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2017-03/angola-continua-liderando-producao-de-petroleo-na-africa>>. Acesso em: 15 de ago de 2017.

prejudicando o fluxo de exportações no porto de Porto Novo, principal via de escoamento de produtos do país.

A economia é pouco desenvolvida e depende da agricultura de subsistência. O cultivo do algodão corresponde a 40% do PIB e aproximadamente 80% do volume de exportação. O país também exporta produtos têxteis, produtos artesanais e cacau. Os principais produtos agrícolas, cultivados sobretudo para subsistência, são o milho, feijão, arroz, amendoim, caju, abacaxi e mandioca. As atividades comerciais antes controladas pelo governo foram privatizadas. As empresas de pequeno porte do Benim estão nas mãos de conterrâneos enquanto as de grande porte, em sua maioria, estão nas mãos de estrangeiros, principalmente franceses e libaneses. A indústria de petróleo é pouco relevante para a economia nacional, uma vez que as pequenas reservas se esgotaram. Assim sendo, são bem-vindas as propostas que visem um resgate desse setor econômico para o desenvolvimento nacional em geração de empregos. Relacionado a esse último aspecto, o Benim é um dos países que critica o descaso governamental para com os trabalhadores da indústria petrolífera, não somente na Nigéria e, portanto, busca altivar a voz dos sindicatos e pô-los como parte negociante em conflitos trabalhistas.

## **5.5 Burkina Faso**

País de economia predominantemente agrária, Burkina Faso dedica-se aos setores da criação de gado e plantio de recursos agrícolas primários, destinados tanto à subsistência quanto à exportação. Tendo um dos piores PIBs *per capita* do continente, o país obtinha boa parte de suas divisas das remessas de burquinabés residentes em países vizinhos, sobretudo na Costa do Marfim. Hoje, em virtude das complicações políticas, essas remessas representam menos de 1% do PIB. No setor primário, são praticadas a exploração da mineração de cobre, ferro, manganês, ouro, cassiterita (minério de estanho) e fosfatos. Estas operações proporcionam emprego e geram ajuda internacional. Em alguns casos, os hospitais mantidos pelas empresas de mineração estão disponíveis para uso pelas populações locais. A produção de ouro aumentou 32% em 2011, em seis minas de ouro, tornando Burkina Faso o quarto maior produtor de ouro na África, depois da África do Sul, Mali e Gana.

Em razão de um atentado terrorista recente, Burkina Faso atraiu atenções da comunidade internacional no que tange a reforçar a segurança doméstica. Rodeado por locais sede de milícias extremistas, o país fortaleceu seu aparato logístico militar ao



adentrar o Sahel-G5, considerando que lidar com as tensões regionais é o primeiro passo para elevar seu desenvolvimento. Agências de inteligência africanas indicam que, devido a altos índices de pobreza, parcelas de cidadãos burquinabés emigram do país para juntar-se ao crime organizado interna e externamente. O crescimento dos plantios ilegais de maconha é um exemplo da necessidade que o país tem de oferecer melhores condições de emprego e renda, a fim de reduzir a marginalização. Economicamente, é o único país próximo à Bacia do Níger e ao Golfo da Guiné que não possui rios navegáveis e, por isso, não produz nem exporta petróleo. Assim sendo, seu interesse em estabilizar a região do Delta está em adquirir os derivados necessários para seu desenvolvimento econômico dos países vizinhos com menores taxas adicionais de segurança no transporte.

## **5.6 Camarões**

Recentemente, o país tem lidado com o crescimento da atividade do Boko Haram em seu território, sobretudo na fronteira com a Nigéria. Tal fato vem fomentando tensões entre os governos destes dois países, dadas as queixas nigerianas ao Conselho de Defesa Conjunta da União Africana acerca da incapacidade camaronense de gerir conflitos em seu território, permitindo a expansão destes a países vizinhos. A escalada de ações paramilitares vem contrastando com o perfil mantido por Camarões em relação ao resto dos países africanos, que é o de relativa estabilidade política e social. Sendo culturalmente dividido entre a maioria francófona e comunidades anglófonas reunidas ao sul, o presidente Paul Biya tem lutado para manter uma república unida, apesar da existência do movimento não-violento do Conselho Nacional de Camarões do Sul, que busca maior descentralização regional. Este fato fez com que o governo central, em Yaoundé, revogasse as licenças de imprensa para conter a divulgação dos ideais separatistas. De forma a se relacionar com a situação nigeriana, Camarões presta apoio ideológico às medidas adotadas pelo presidente Buhari em não permitir a autonomia do Biafra e, para buscar uma aproximação entre os países, o país acolhe e trata refugiados nigerianos provenientes do conflito em Taraba.

Economicamente, o país desponta como relevante exportador de commodities. Simultaneamente, Camarões tenta desenvolver seu setor de indústria de base exportando minérios, petróleo cru e derivados, sobretudo aos Países Baixos. Ainda que tenha reservas modestas de hidrocarbonetos, Camarões entrou em disputa judicial com a Nigéria sobre a região da península do Bakassi, tendo sua soberania decretada camaronesa em 2008.

Bakassi foi uma região estratégica durante a Guerra do Biafra e tem íntima ligação com os conflitos do Delta do Níger. Assim sendo, é do interesse camaronês que a região seja estabilizada para permitir o maior desenvolvimento do potencial mercado petrolífero regional e, conseqüentemente, nacional.

## **5.7 Costa do Marfim**

Côte d'Ivoire, como a nação prefere ser chamada, possui uma economia diversa e relativamente bem distribuída entre os três setores. Reconhecida exportadora de *commodities*, a Costa do Marfim se especializou nas exportações de cacau e óleo de palma, cujas arrecadações permitiram uma abertura econômica no setor de mineração, sobretudo de cobre. A economia também é baseada nas 1.600 indústrias do país, no total em todos os setores são 2.283 empresas privadas e 140 em que o estado é acionista majoritário. O sistema bancário marfinense é um dos mais desenvolvidos da África. Ele é composto de um banco de desenvolvimento, de 16 bancos comerciais, de uma dezena de representações internacionais e de 16 estabelecimentos financeiros. A Côte d'Ivoire pertence à "zona franca", institucionalizada pela União Monetária Oeste-Africana. Os sete Estados membros (Benim, Burkina Faso, Costa do Marfim, Mali, Níger, Senegal e Togo) entregaram a emissão da moeda, o Franco CFA, e de maneira geral, as suas políticas monetárias a uma instituição, o Banco Central dos Estados da África do Oeste, cuja sede fica em Dakar (Senegal). Portanto, o país desempenha uma importante função como um Estado "conselheiro" na aplicação dos recursos dispostos no Fundo da União Africana e nos demais fundos regionais.

Tendo expressivo contingente de Forças Armadas, a Costa do Marfim ganhou projeção continental ao participar de coalizões na contenção do terrorismo no continente africano. Em virtude de um pretérito conflito armado interno envolvendo uma missão de paz da ONU, a Costa do Marfim busca uma política de resolução militar dos conflitos baseados nos acordos multilaterais entre nações africanas, secundarizando uma eventual ação das Nações Unidas em questões internas. Fora esse aspecto, é um forte parceiro de países europeus e ocidentais, desempenhando por muitas vezes um status de mediador de planos econômicos internacionais. No Delta, o país disponibilizou contingentes navais e forças de Inteligência para auxiliar a Nigéria a estabilizar sua situação. Entretanto, este auxílio vem diminuindo em virtude dos dispêndios cada vez maiores do governo

ivoiriense em conter insurgências rebeldes internas que, todavia, estreitaram os laços entre o país e a Nigéria pela semelhança circunstancial.

## **5.8 Chade**

O Chade é uma república da região centro-africana que faz fronteira com a Nigéria a sudoeste. Ocupa a 185ª posição no ranking de IDH mundial dos 195 países analisados em 2015, tendo  $\frac{3}{4}$  de seu território preenchidos pelo clima desértico do Saara e sem saída para o mar. Assim como o Níger, foi colônia e zona administrativa francesa durante a maior parte dos séculos XIX e XX e, tal qual a Nigéria, obteve sua independência em 1960. As semelhanças do país com a situação nigeriana se estendem em comum ao campo energético, em que o Chade possui expressivas reservas de petróleo – e ouro – que são exploradas majoritariamente por empresas estadunidenses. As dificuldades em manter um plano de desenvolvimento econômico em concomitância com o desenvolvimento social levam o país a sustentar conflitos de ordem doméstica, que por vezes ultrapassam as fronteiras pela extensão territorial da etnia Haussa (29% da população chadiana) na região da África Saariana, relacionando-se com os conflitos de antecedência tribal que descenderam da época da colonização.

Internamente, as tensões usuais entre o norte, predominantemente islâmico, e o sul, majoritariamente cristão, foram abrandadas devido ao engajamento nacional na luta contra a expansão do Boko Haram. A principal atividade econômica desenvolvida no país é a pecuária de subsistência (praticada por mais de 70% da população local). Destacam-se também a produção de algodão, amendoim e tabaco. No âmbito da cooperação econômica africana, o Chade é conhecido pelas tentativas de emancipação da dependência externa do continente, tendo pressionado inclusive autoridades nigerianas a voltar atenções para a economia continental, em oposição a sua política econômica petrolífera voltada ao mercado exterior. No âmbito militar, o Chade lidera a coalizão “Sahel-G5” juntamente com Burkina Faso, Mali, Mauritânia e Níger, sendo esta a operação responsável pelos maiores êxitos na contenção da expansão terrorista na região equatorial africana. Recebendo um reforço contingencial prometido para o início de 2018, o G5 pretende fortificar suas cooperações com a Nigéria na contenção dos conflitos do Delta, tendo, no início de 2017, enviado uma guarnição experimental para treinamentos militares com as FFAA nigerianas. Com isso, em troca do auxílio na segurança, o Chade

desempenha uma voz ativa para a persuasão nigeriana em enxergar o mercado continental e as necessidades energéticas dos países fronteiriços com intenções mais promissoras rumo a uma cooperação.

## **5.9 Egito**

A República Árabe do Egito possui um histórico de grandes problemas fronteiriços, o mesmo trata-se de um Estado transcontinental devido a península do Sinai. Um dos fatores primordiais da sua economia é o domínio do Canal de Suez, este também sendo local de intensas disputas históricas. Atualmente o Egito vive pela base do turismo, seguido também da grande exploração de petróleo. Além disso, o país conta com um grande poder militar, e atualmente concentra suas forças no combate ao terrorismo islâmico e de milícias.

## **5.10 Etiópia**

A Etiópia atualmente busca resgatar a ideia de uma liderança, crescimento e protagonismo na região do Chifre da África. A mesma vem tendo um “boom” em sua economia, fazendo o Banco Mundial declarar que em 2017 o país pode ser um dos países que mais vai crescer no mundo. Na região do Chifre da África, a Etiópia vem tendo grandes avanços e destaques, frente aos seus vizinhos. Mesmo com esse *boom* em sua economia a Etiópia ainda enfrenta uma situação de pobreza altíssima, fazendo com que o governo etíope elaborasse um plano para tentar diversificar sua economia.

## **5.11 Gana**

Gana apresenta uma boa reestruturação econômica, atualmente trata-se de um dos países africanos mais bem sucedidos financeiramente, e que conseguiu diminuir drasticamente o número de pobreza. Sua base econômica é pautada pela extração de ouro, madeira além da forte presença da agricultura. Os intensos conflitos no delta do Níger refletem diretamente em Gana, principalmente pela sua proximidade. No ano passado, o

presidente declarou que o país não conseguiu manter sua distribuição de energia devido aos conflitos na região que impediram o repasse de petróleo à nação<sup>11</sup>.

## 5.12 Guiné Equatorial

O país dispõe de um status privilegiado em relação aos demais países da África Ocidental, uma vez que ostenta o maior PIB *per capita* de todo o continente africano. Muito parecido com a situação nigeriana, as arrecadações financeiras e lucros com a indústria do petróleo não refletem na situação demográfica nacional. Os equatoguineenses dispõem de um Índice de Desenvolvimento Humano de *status* mediano-baixo, sofrendo com escassez investimentos estatais na área de infraestrutura pública, refletidos em taxas altas de desemprego e mortalidade infantil. O “boom” do petróleo é tão presente no país, em aspectos positivos e negativos, que o alto enriquecimento de clãs próximos a áreas de exploração levou a consequentes tentativas de golpe de Estado para depor o presidente Teodoro Obiang, porém, sem tentativas de separatismo, apesar da conhecida fragmentação territorial do Estado guineense. O controle estatal sobre a economia e a sociedade ocorre de maneira massiva, sendo os *royalties* de petróleo altamente rastreados e aplicados financeiramente pelas autoridades governamentais.

Economicamente, o país tem se desenvolvido de forma agressiva no setor energético e petrolífero, o que abriu precedências para investimentos em indústria de base e mineração. Se assemelhando a uma ideologia de gestão econômica liberal, os setores de extração, refino e análise técnica de petróleo e derivados é feito por empresas estrangeiras. Se por um lado esse plano possibilitou o crescimento das ofertas de emprego e aumento salarial dos guineenses, por outro diminuiu a presença do Estado na fiscalização de questões trabalhistas. Assim sendo, Guiné Equatorial mantém uma forte preocupação com a presença de pirataria na região do Golfo da Guiné e das tropas paramilitares do Delta, alegando serem estes os motivos que repelem as atenções internacionais à África. Incapacitada de ter um exército numeroso, Guiné contribui significativamente com o orçamento colaborativo para a Defesa dos países membros da União Africana, requisitando proteção dos países participantes para suas águas territoriais. O país,

---

<sup>11</sup> Disponível em inglês em: <<http://venturesafrica.com/how-the-activities-of-the-niger-delta-avengers-is-affecting-ghana/>>. Acesso em: 09 de set de 2017.

recentemente, também cogitou a possibilidade de uma ação internacional para estabilizar a região, o que foi um motivo de tensão entre os países que defendem uma intervenção exterior cada vez menor no continente africano. Apesar da pauta ainda estar em discussão, Guiné Equatorial persiste defendendo que a privatização do setor petrolífero é a melhor alternativa para desenvolver o continente e atrair atenção internacional.

### **5.13 Libéria**

A República da Libéria assim como alguns dos demais países, é demarcada historicamente pelo contexto de guerra civil. Esse processo histórico gerou reflexos permanentes na sua atualidade econômica, de forma que diversos investidores e comerciantes deixaram país. Atualmente a economia da Libéria se baseia na lavagem de ferro, fábricas de borracha, jazidas de minério, e uma grande base agrícola. No que tange a questão do Delta do Níger, a Libéria enfrenta grandes problemas tendo em vista que alguns navios utilizados pelos grupos paramilitares do delta utilizam a bandeira de seu país, esse é um grande problema que a nação enfrenta tendo em vista diversos navios utilizarem a sua bandeira.

### **5.14 Líbia**

A Líbia também é um dos grandes países exportadores de petróleo, e tem como base de sua economia essa atividade. Atualmente o cenário líbio se encontra bastante turbulento devido a presença de milícias terroristas islâmicas, o país tem de lidar com tais adversidades para manter a integridade de seu Estado. Esse ponto se assemelha com a questão do delta tendo em vista que algumas zonas comerciais da Líbia estão sob poder de milícias, prejudicando arduamente sua economia e fazendo com que o país se instaure num cenário de intensos conflitos.

### **5.15 Marrocos**

Pode-se qualificar os posicionamentos do Marrocos como ecumênicos, o mesmo vem ampliando sua política externa, assim, criando laços com a América Latina, China e Coreia do Sul, por exemplo. Em Maio deste ano o país juntamente com a Nigéria, lançaram o projeto de gasoduto que ligará ambos países. Tal acordo não apaziguou as críticas nigeriana a reintegração do Marrocos na União Africana, que e deu pela tensão

com a República Árabe Saarauí Democrática. O Marrocos reivindica territórios da Saara Ocidental, questão de larga história, e o mesmo mantém apoio direto e indireto de potências mundiais para manter seu protagonismo na região.

### **5.16 Níger**

O Níger é um país economicamente pautado na agricultura, isso é fruto que o mesmo não possui nenhum tipo de saída para o mar. O país é um dos mais pobres do mundo, além de ter um dos piores Índices de Desenvolvimento Humano (IDH). O Rio Níger antes de formar o Delta passa pela capital do Níger, este também é tido como objeto de delimitação de fronteiras para o país.

### **5.17 Nigéria**

A Nigéria vem enfrentado um grande problema que acaba transbordando para países vizinhos e causando um terror em todo o continente africano. O surgimento do grupo radical islâmico, Boko Haram, tem feito com que o Estado nigeriano desempenhasse todos os seus esforços para controlar tal grupo terrorista. A Nigéria utiliza as receitas do petróleo para obter divisas estrangeiras e financiar os produtos de primeira necessidade, com isso, frente as tensões no Delta do Níger, o país vem tendo grandes perdas na sua produção, fazendo com que o país entrasse em uma recessão. É válido salientar que a Nigéria é um dos maiores produtores de petróleo na África, sua administração acerca da extração do petróleo é considerada catastrófica, visto o alto índice de corrupção. Além do mais, a presença da gigante estatal nigeriana, a Nigerian National Petroleum Corporation (NNPC) que é a empresa responsável pela exploração, produção e regulamentação de assuntos acerca de petróleo e assuntos energéticos, causa forte pressão na região do Delta do Níger. A mesma é considerada uma das mais fechadas do mundo, assim, não prestando contas.

### **5.18 Quênia**

O Quênia tem reformulado sua política externa desde as últimas eleições, que elegeu Uhuru Kenyatta. Desta forma o país passou a se desprender e ter mais autonomia, assim, não sendo mais submissa às baranhas das grandes potências mundiais. O país têm feito mais acordos com a Índia, China e Rússia, além de projetar-se em consonância com as

políticas da União Africana. O país realizou uma intervenção na Somália para tentar conter o grupo extremista *Al-Shaabab*, que vêm causando terror no país vizinho e, conseqüentemente, no próprio país. Tal intervenção tem apoio da União Africana e dos Estados Unidos da América.

### **5.19 República Democrática do Congo**

A República Democrática do Congo passa por mais um episódio polêmico e conturbado em sua política. Atualmente o país vive próximo das novas eleições, que por fruto de um acordo, acontecerá no final de 2017. No ano passado protestos contra o atual presidente deixaram cerca de 70 mortos, chamando a atenção para o agravante problema. O país ainda passa por uma frágil restabilização da paz, criada pela ONU, em 1999, a Monusco, que tem como objetivo reestabelecer a paz no país desde a segunda guerra do Congo, a mesma têm enfrentado resistência por parte das diversas milícias que atuam no país.

### **5.20 República do Congo**

A República congoleza, no último ano, passou por um conturbado processo eleitoral, assim reelegendo Denis Sassou Nguesso, que está no poder a cerca de 40 anos. O Congo se destaca por ser um dos maiores produtores de petróleo na região africana e vem passando por sérios problemas que se aproxima com a questão do Delta do Níger. Há uma presença de grupos armados e, além disso, a exploração de recursos naturais como petróleo, ouro e diamantes têm causado grandes impactos negativos na natureza.

### **5.21 Saara Ocidental**

A Saara Ocidental passa por uma situação bastante conturbada e preocupando. O país – vale ressaltar que um pouco mais de 80 países reconhece a República Árabe Saarai Democrática – isto porque o país enfrenta uma disputa territorial histórica com o Marrocos. Tal fato, têm tornado o país em um extremo caos, colocando grande parte da população em campos isolados e muitas vezes sofrendo com a bárbara do exército



marroquino, que segundo a Associação de familiares de presos e desaparecidos saarauis, desde que o Marrocos chegou no país houveram uma grande exploração ilegal de recursos naturais, prisões arbitrárias, repressão brutal de protestos além de outras atrocidades. Além de tais fatos, há também a polêmica sobre a Missão de Paz da ONU no país que não conta com a vigilância dos Direitos Humanos, sendo a única no mundo a ser desta forma, assim, abrindo espaço para diversas atrocidades nesta tensão. Em Janeiro deste ano (2017), a União Africana reitegrou o Marrocos na Organização, que sofreu resistências não só da Saara Ocidental mas de outros 12 países, incluindo a Nigéria que argumentam dizendo que o Marrocos ocupa parte de um território de um Estado-Membro.

## **5.22 Somália**

O país vive uma guerra civil desde a queda do regime de Siad Barre, 1991. A Somália sofre com as ações do grupo Al Shabaab, que realiza diversos ataques e ameaças a nação, causando uma forte onda de insegurança e terror. Recentemente um comboio da força militar da União Africana, presente no país, foi atacado pelo grupo Al Shabaab, 39 soldados ugandenses morreram no ataque. A Somália também vem enfrentando uma grande onda de fome, devido a escassez de chuvas em diversas regiões somalis.

## **5.23 Sudão do Sul**

O “Novo Sudão” não possui saída para o mar, o que torna sua atividade comercial limitada a pontuais concessões de passagem para o Mar Vermelho via Etiópia e, menos frequentemente, via Sudão. No Sudão do Sul encontram-se 75% das reservas de petróleo do antigo Sudão localizadas, sobretudo, na região de Abyei, que correspondem a 98% da receita do novo país. A posse petrolífera do Sudão recém-independente ainda é um tópico de tensões e disputas entre os dois estados. No norte também se encontram os oleodutos responsáveis pelo transporte do petróleo até o Mar Vermelho. Apesar de ser rico em petróleo, o Sudão do Sul é um dos países mais pobres do mundo, dado que cessou a produção desse bem em 2012, após sanções de seu país vizinho ao norte. O acordo de paz de Naivasha pôs fim à mais longa guerra civil da história do continente africano - a Segunda Guerra Civil Sudanesa (1983-2005), durante a qual dois milhões de pessoas morreram e quatro milhões foram deslocadas. Mas, doze anos depois, o clima de medo e insegurança permanece, em razão de conflitos étnicos e da ação de milícias. Apesar das

zonas de extração estarem ao sul, é no Sudão que é encontrada toda a infraestrutura para refino e comercialização de petróleo, o que divide e “trava” a economia de ambos os estados.

Ainda em estágio de recuperação econômica pelo extenso período de guerra que levou à independência do país, os gastos estatais levam a um vagaroso desenvolvimento nacional. Boa parte dos serviços estruturais é privatizada, sendo o país constantemente favorecido por ajuda humanitária continental, seja ela bilateral, como nas parcerias com o Quênia e África do Sul, ou mediada por organizações, como a CAO e a COMESA. Afetado pela terceira pior crise humanitária de refugiados no mundo, o Sudão do Sul, embora não disponha de recursos para um auxílio ativo, tem interesse na normalização da situação no Delta, uma vez que os países da costa ocidental são fornecedores de grande parte da ajuda humanitária que chega ao país. Portanto, a fim de solucionar mais rapidamente os impasses continentais, o Sudão do Sul é um dos países africanos que mais sugere recorrer-se aos blocos de cooperação internacional com países não africanos, especialmente os que igualmente têm caráter emergente, argumentando que estes ajudariam o continente a crescer sem implantar um sistema de exploração econômica predatória.

## **5.24 Togo**

A pequena economia do Togo é muito dependente da agricultura, tanto a comercial como a de subsistência. As atividades agrícolas empregam 65% da mão-de-obra. O cacau, o café e o algodão representam juntos cerca de 40% das receitas com as exportações. O país é também o quarto maior produtor mundial de fosfato. O esforço de uma década do país, apoiado pelo FMI e pelo Banco Mundial para programar medidas de reforma econômica, encorajar o investimento e aumentar as receitas com as exportações tem sido lento. Entre os produtos da indústria extrativa mineral destaca-se o fosfato, com ricas reservas exploradas por investidores franceses. Entre as atividades industriais destaca-se a têxtil salientando-se como a primeira em produção em 1966. A rede de comunicação é precária, com 742 km de rodovias de primeira classe, 560 km de segunda, 440 km de estradas de ferro e um aeroporto. Juntamente com Gana e China, a Nigéria é um dos principais parceiros comerciais do país, tanto comprando sua produção de insumos primários quanto fornecendo bens intermediários e industriais. Assim sendo, Togo tem interesses no fim do com flito no Delta para poder intensificar essas cooperações e,

possivelmente, agregar seus parceiros comerciais em um bloco econômico, voltando as atenções de países distintos para a região do Golfo da Guiné.

No que tange ao desenvolvimento regional dos Estados da África Ocidental, Togo é um dos poucos países moderados acerca do tópico “presença exterior”. Na política exterior, há maiores preocupações com os resultados das ações econômicas do que com suas fontes e, portanto, não é estritamente relevante qual país, seja africano ou não, decida investir na costa para fomentar os mercados africanos, e sim, o potencial crescimento dos setores econômicos derivado destas ações. Para os países da região, Togo, e mais especificamente o porto de águas profundas de Lomé, representa o maior centro de captação e distribuição de mercadorias na porção oeste do continente. A importância da atividade portuária é tamanha que o local serviu como porto “emprestado” a países que, em decorrência de conflitos internos, tiveram suas atividades comerciais prejudicadas, inclusive a Nigéria, durante curto tempo. Assim sendo, Togo preocupa-se na não expansão dos conflitos do Delta para assegurar sua navegação e comércio.

## **5.25 Tunísia**

A Tunísia vem enfrentando, desde 2010, protestos contra a corrupção e o desemprego, que são graves problemas no país, protestos os quais caracterizaram a chamada “Primavera de Jasmim” e inspiraram diversos protestos em outros países africanos, desencadeando a Primavera Árabe. A Tunísia possui campos de refugiados que abrigam pessoas saídas da Líbia (a maioria de outras nacionalidades) em decorrência das hostilidades que vêm ocorrendo desde Fevereiro de 2011. No ano de 2016, o Ministério tunísio de Minas e Energia anunciou uma queda de 12% na produção de petróleo no país, atualmente, decorrente de protestos, o governo tende proteger todas as regiões de exploração, alegando que é obrigação do Estado defender os recursos do povo.

## **5.26 Uganda**

Uganda tem como base de sua economia a agricultura, apresentando dois tipos de cultivo: o industrial (café, algodão, cana-de-açúcar, tabaco, gergelim, amendoim e chá), destinado à exportação, e os de subsistência, realizados em cultivos familiares de zonas rurais, predominantemente ao sul, onde se concentra a expressiva parte da população.

Teve sua independência reconhecida em 1962, em que se sucederam uma série de golpes de Estado. Durante a ditadura militar, o general Idi Amin Dada inaugurou uma tradição de nacionalizações empresariais e repressão governamental, a qual foi levada à frente mesmo após sua queda em 1979 pela guerrilha Exército de Resistência do Senhor (LRA, em inglês). Das rixas originadas do período de governo provisório, o partido do atual presidente Yoweri Museveni, o Exército de Resistência Nacional (NRA), segue uma tendência liberalizante, contrária às forças paramilitares, favoráveis a um Estado mais amplo. Essa divisão política pauta um conflito civil que perdura atualmente, no qual o governo ugandense conta quase que unicamente com a ajuda esporádica sudanesa.

Justamente por esse aspecto doméstico de Uganda, o país se solidariza com a luta nigeriana para manter o controle e a estabilidade do Delta. Todavia, com um contingente ativo de 47 mil soldados, a capacidade ugandense de prestar auxílio exterior é limitada, embora os gastos com a manutenção das Forças de Defesa Popular permeie apenas 2-3% do PIB. A boa reputação das forças militares lhes garantiu lugar de destaque nas operações de paz da ONU, elevando a voz ativa ugandense na União Africana. Em termos econômicos, Uganda aufere de um PIB *per capita* de US\$ 700 e sua política de Estado liberal vê com bons olhos a presença estrangeira na desenvoltura do continente africano, sobretudo no setor petrolífero-energético. Assim sendo, projetando na Nigéria uma capacidade de elevação regional africana, o país tem adotado posições favoráveis a políticas econômicas de Buhari em atrair divisas para o continente.

## **7. Bibliografia:**

AFRICAN UNION. The Assembly. Disponível em inglês em: <<https://www.au.int/web/en/organs/assembly>>. Acesso em 06 de abr 2017

AFRICAN UNION. Peace and Security Council. Disponível em inglês em: <<https://www.au.int/web/en/organs/psc>>. Acesso em 06 de abr 2017

AFRICAN UNION. The Executive Council. Disponível em inglês em: <<https://www.au.int/web/en/organs/council>>. Acesso em 06 de abr 2017

SILVA, Genilder e PEREIRA, Izabel A. A descolonização da África nos livros didáticos: colônias portuguesas. Revista de Estudos do Norte Goiano. Vol. 1, nº1, 2008, p. 176-204. Disponível em <<http://www.nee.ueg.br/seer/index.php/estudos/article/viewFile/162/149>>. Acesso em: 26 de abr. 2017.

ARNAUT, Luiz. Ata Geral da Conferência de Berlim. Universidade Federal de Minas Gerais. Disponível em <[http://www.casadehistoria.com.br/sites/default/files/conf\\_berlim.pdf](http://www.casadehistoria.com.br/sites/default/files/conf_berlim.pdf)>. Acesso em: 26 de abr. 2017.

FISCHER, Hilke e SAMPAIO, Madalena. Conferência de Berlim: Partilha de África decidiu-se há 130 anos. 29/02/2015. Disponível em <<http://www.dw.com/pt-002/confer%C3%Aancia-de-berlim-partilha-de-%C3%A1frica-decidiu-se-h%C3%A1-130-anos/a-18283420>>. Acesso em: 28 de abr. 2017.

Hobsbawn, Eric. A Era dos Impérios. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. 6ª edição.

BRUIT, Héctor. O Imperialismo. São Paulo. Editora Universidade de Campinas, 1987, p.5

FRANCO JR, Hilário e CHACON, Paulo Pan. História Econômica Geral e do Brasil. São Paulo, Atlas, 1980. P. 247 e 175

DOPCKE, Wolfgang. A vida longa das linhas retas: cinco mitos sobre as fronteiras na África Negra. Rev. bras. polít. int., Brasília, v. 42, n. 1, p. 77-109, June 1999

. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-73291999000100004&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73291999000100004&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 1 de maio de 2017.

KENT, John. Descolonização e Guerra Fria - a ONU, os Estados Unidos e a crise do Congo (1960-1963) *Relações Internacionais* n.30 Lisboa jun. 2011 Disponível em <[http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1645-91992011000200003](http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1645-91992011000200003)>. Acesso em: 5 de maio de 2017.

ALTMAN, Max. Hoje na história: Termina a Conferência de Bandung. 2010. Disponível em <<http://operamundi.uol.com.br/conteudo/noticias/3788/hoje+na+historia+termina+a+conferencia+de+bandung.shtml>>. Acesso em: 5 de maio de 2017.

BRANCO, Alberto M. V. África: Um continente em mutação. A terceira vaga de transições democráticas e alguns dos impactos políticos da globalização em Estados não-democráticos. *Millenium spectrum*. Disponível em <<https://pt.scribd.com/doc/13572791/exploracao-de-africa>>. Acesso em: 5 de maio de 2017.

WIGHT, Martin – A política do poder. Editora Universidade de Brasília. São Paulo, 2002. Disponível em <[http://funag.gov.br/loja/download/124-Politica do Poder A.pdf](http://funag.gov.br/loja/download/124-Politica_do_Poder_A.pdf)>. Acesso em: 6 de maio de 2017.

[SENHORAS, Elói M. Movimentos pendulares nas relações bbilaterais entre RÚSSIA E Estados Unidos. Conjuntura Global, Vol. 3, n. 2, 2014. P. 99-106. Disponível em <http://www.humanas.ufpr.br/portal/conjunturaglobal/files/2015/01/Movimentos-pendulares-nas-rela%C3%A7%C3%B5es-bilaterais-entre-R%C3%BAssia-e-Estados-Unidos.pdf>. Acesso em: 20 de maio de 2017.](#)

MOTA, Luiz Gustavo R. A política externa norte-americana na Guerra Fria: Análise da détente no período Nixon-Kissinger. São Paulo, 2001. Disponível em <<http://www.fAAP.br/pdf/faculdades/economia/monografia/rel-internacionais/2011/Gustavo%20Ramaglia.pdf>>. Acesso em: 19 de maio de 2017.

OLIVEIRA, Ricardo Soares de. A África desde o fim da Guerra Fria. *Relações Internacionais*, Lisboa, n. 24, p. 93-114, dez. 2009. Disponível em <[http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1645-91992009000400011&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1645-91992009000400011&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 11 de maio 2017.

ENCICLOPÉDIA DO MUNDO CONTEMPORÂNEO/LA GUÍA DEL MUNDO. Instituto del Tercer Mundo; Roberto Bissio. Jones de Freitas, Japiassu Brício, Renato Aguiar. São Paulo: Publifolha; Rio de Janeiro: Editora Terceiro Milênio. 2000.

SIOLLUN, Max. *Oil, Politics and Violence: Nigeria's Military Coup Culture (1966-1976)*. New York: Algora Publishing, 2009.

ONWUMECHILI, Chuka. *African Democratization and military coups*. Westport: Praeger, 1998.

O. IHONVBERE, Julias. 'Are Things Falling Apart? The Military and the Crisis of Democratisation in Nigeria' in *The Journal of Modern African Studies*, Vol. 34, No. 2, (1996).

WATTS, Michael. *Resource curse? Governmentality, oil and power in the Niger Delta, Nigeria*. *Geopolitics*, 9(1), 50-80. 2004.

OKONTA, Ike e DOUGLAS, Oronto. *Where Vultures Feast: Shell, Human Rights, and Oil in the Niger Delta*. London: Verso Publisher, 2003. New York: Sierra Clubs & Crown Publishers, 2001.

UNESCO. *Coleção História Geral da África*, Vol. 3 & 8. Editor: J. Ki-Zerbo. Brasília: UNESCO, Secad/MEC, UFSCar, 2010.

KLIEMAN, Kairn A. *U.S. Oil Companies, the Nigerian Civil War, and the Origins of Opacity in the Nigerian Oil Industry* in *Journal of American History*. Vol. 1 (1): 155-165. (2012).

AWOYOKUN, Damola. *Biafra: The Untold Story of Nigeria's civil war*. P.M. News. 19 de Fevereiro de 2013. Disponível em:

<<https://www.pmnewsnigeria.com/2013/02/19/biafra-the-untold-story-of-nigerias-civil-war/>>

KHAN, Sarah Ahmad. *Nigeria: The Political Economy of Oil*. 234 p; Oxford Univ. Press; Oxford (United Kingdom). Oxford University Press for the Oxford Institute for Energy Studies, 1994.

HUMAN RIGHTS WATCH. *Violence in Nigeria's Oil Rich Rivers State in 2004: Summary*. Disponível em:

<<http://pantheon.hrw.org/legacy/backgrounders/africa/nigeria0205/1.html>>

BOELE, Richard, FABIG, Heike e WHEELER, David. *Shell, Nigeria and the Ogoni: A Study in Unsustainable Development: I. The Story of Shell, Nigeria and the Ogoni People-Environment, Economy, Relationships: Conflict and Prospects for Resolution*. Sustainable Development, 9, 74–86. 2001.

JUNGER, Sebastian. *Blood Oil*. Vanity Fair, Fevereiro de 2007. Disponível em:

<<https://www.vanityfair.com/news/2007/02/junger200702>>

EGAN, John. *Troubled Times in the Niger Delta*. British Broadcasting Company, Abril de 1999. Disponível em:

<[http://news.bbc.co.uk/1/hi/programmes/crossing\\_continents/325300.stm](http://news.bbc.co.uk/1/hi/programmes/crossing_continents/325300.stm)>

OLUKOYUN, Ayo. *Media Accountability and Democracy in Nigeria, 1999-2003*. Academic Journal Article: African Studies Review. Cambridge University, African Studies Association. 2004.



BAKARE, Tunde. *Democratic Governance In Nigeria: Prospects and Challenges*. Sahara Reporters, Maio de 2013. Disponível em:

<<http://saharareporters.com/2013/05/06/democratic-governance-nigeria-prospects-and-challenges-pastor-tunde-bakare>>

MUSA, Ado. *Democracy In Nigeria And Nigerians*. Disponível em:

<<http://www.gamji.com/article9000/NEWS9262.htm>>

ENCYCLOPEDIA BRITANNICA. *Ibrahim Babangida: Head of State of Nigeria*. Disponível em: <<https://www.britannica.com/biography/Ibrahim-Babangida>>

HARDEN, Blaine. *Africa: Dispatches from a Fragile Continent*, p. 283. 1990. Editora Fontana, 1993.

SAFIRE, William. *The New York Times Guide to Essential Knowledge. A Desk Reference for the Curious Mind*. Macmillan. p. 1093. New York: St. Martin's Press, 2007.

LEVY, Patricia. *Cultures of the World: Nigeria*. Marshall Cavendish. p. 14. New York: Benchmark Books, 2004.

TISSERAND, Pierre. *A Nigéria e as multinacionais petrolíferas*. Jornal Hora do Povo, 6 de Junho de 2012. Partido do Trabalho da Bélgica: "Solidaire". Disponível em: <<http://www.horadopovo.com.br/2012/06Jun/3067-22-06-2012/P6/pag6f.htm>>

Canada: Immigration and Refugee Board of Canada, Nigeria: *The "Niger Delta People's Liberation Front" and the "Niger Delta Youth of Nigeria"; their location, their leaders, their goals/ideology, their activities, and the treatment of their members by the authorities*. 24 de Janeiro de 2006. Acesso em: 16 de Agosto de 2017.

Disponível em: <<http://www.refworld.org/docid/45f14786c.html>>

KIMIEBI, Imomotimi Ebiefa. *Oil, militancy and political opportunities in the Niger Delta*. Centre for the Advancement of Socio-Political and Environmental Justice. Yenagoa, Nigeria. Maio de 2010. Acesso em: 4 de Agosto de 2017. Tese de pesquisa disponível em:

<<http://kimiebi.blogspot.com.br/2010/11/oil-militancy-and-political.html>>

HUMAN RIGHTS WATCH. *Rivers and Blood: Guns, Oil and Power in Nigeria's Rivers State*. A Human Rights Watch Briefing Paper. Fevereiro de 2005. Disponível em:

<<http://pantheon.hrw.org/legacy/backgrounder/africa/nigeria0205/index.htm>>. Acesso em: 29 de Maio de 2017.

UN MULTIMEDIA. **Somália: Soldados da missão da União Africana morrem em emboscada.** Disponível em:

<<http://www.unmultimedia.org/radio/portuguese/2017/08/somalia-soldados-da-missao-da-uniao-africana-morrem-em-emboscada/#.WY6Rr1GGPFg>>. Acesso em 15 de Agosto de 2017.

ELEIÇÕES NA REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO NO FINAL DE 2017.

**DW.** Disponível em: <http://www.dw.com/pt-002/elei%C3%A7%C3%B5es-na-rep%C3%BAblica-democr%C3%A1tica-do-congo-no-final-de-2017/a-36970879>.

Acesso em 15 de Agosto de 2017.

SAARA OCIDENTAL: O NOSSO EXÉRCITO ESTÁ MUITO BEM PREPARADO PARA LIDAR COM A POSSIBILIDADE DE REINICIO DA GUERRA. **E-global.**

Disponível em: <<http://e-global.pt/noticias/exclusivo/sara-ocidental-o-nosso-exercito-esta-muito-bem-preparado-para-lidar-com-a-possibilidade-de-reinicio-da-guerra/>>.

Acesso em 15 de Agosto de 2017.

SOMÁLIA: ATAQUE DE EXTREMISTAS ÀS FORÇAS DA UNIÃO AFRICANA DEIXAM OITO MORTOS. **EM.** Disponível em:

<[http://www.em.com.br/app/noticia/internacional/2017/07/30/interna\\_internacional,887](http://www.em.com.br/app/noticia/internacional/2017/07/30/interna_internacional,887)>

799/somalia-ataque-de-extremistas-as-forças-da-união-africana-deixa-oito.shtml>.

Acesso em: 13 de Agosto de 2017.

LANÇADO OFICIALMENTE O PROJECTO DO GASODUTO QUE LIGARIA A NIGÉRIA A MARROCOS. **E-global**. Disponível em: <<http://e-global.pt/noticias/mundo/africa-subsaariana/lancado-oficialmente-o-projecto-do-gasoduto-que-ligara-a-nigeria-a-marrocos/>>. Acesso em 13 de Agosto de 2017.

O CONGO QUER EXPLORAR PETROLEO NUM PARQUE DO PATRIMONIO MUNDIAL. **VICE NEWS**. Disponível em: <[https://www.vice.com/pt\\_br/article/wne4d5/o-congo-quer-explorar-petroleo-num-parque-patrimonio-mundial](https://www.vice.com/pt_br/article/wne4d5/o-congo-quer-explorar-petroleo-num-parque-patrimonio-mundial)>. Acesso em 13 de Agosto de 2017.

PETRÓLEO AMEAÇA PARQUE DO CONGO. **Gazeta do Povo**. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/mundo/new-york-times/petroleo-ameaca-parque-do-congo-egkzfrlzb3qpi72n8311m4u>>. Acesso em 13 de Agosto de 2017.

O FRACASSO DA MISSÃO DE PAZ DA ONU NO SAARA OCIDENTAL. **Carta Capital**. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/internacional/o-fracasso-da-missao-de-paz-da-onu-no-saara-ocidental>>. Acesso em 13 de Agosto de 2017.

GERBASI, Livi. Quênia: Mudança de Política Externa?. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/nerint/wp-content/uploads/2013/12/Qu%C3%AAnia-Mudan%C3%A7a-de-Pol%C3%ADtica-Externa.pdf>> Acesso em 13 de Agosto de 2017.

ETIÓPIA: DESAFIOS E DÚVIDAS SOBRE O *BOOM* ECONÓMICO. **Worldpress**. Disponível em: <<https://nemrisp.wordpress.com/2015/08/07/etiopia-desafios-e-duvidas-sobre-o-boom-economico/>>. Acesso em 13 de Agosto de 2017.

REBELDES ATACAM OLEODUTO NA REGIÃO NIGERIANA DO DELTA DO NÍGER. **DN MUNDO**. Disponível em: <<http://www.dn.pt/mundo/interior/rebeldes-atacam-oleoduto-na-regiao-nigeriana-do-delta-do-niger-5389322.html>>. Acesso em 13 de Agosto de 2017.

ANISTIA INTERNACIONAL. Nigéria: finalmente uma vitória sobre os derrames de petróleo no delta do níger. Disponível em: <<https://anistia.org.br/noticias/nigeria-finalmente-uma-vitoria-sobre-os-derrames-de-petroleo-delta-niger/>>. Acesso em 13 de Agosto de 2017.

CHAIRPERSON DEPLOYS AFRICAN UNION SHORT TERM OBSERVES STOS MISSION REPUBLIC. **African Union Center**. Disponível em: <<https://au.int/en/pressreleases/21367/auc-chairperson-deploys-african-union-short-term-observers-stos-mission-republic>>. Acesso em 19 de Agosto de 2017.

OVERVIEW: REPUBLIC OF CONGO. **ITIE Congo**. Disponível em: <<https://eiti.org/republic-of-congo>>. Acesso em 19 de Agosto de 2017.

REPUBLIC OF CONGO: COUNTRY PROFILE. **BBC NEWS**. Disponível em: <<http://www.bbc.com/news/world-africa-14121191>>. Acesso em 19 de Agosto de 2017.